



**Município da Marinha Grande**  
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada nos dias  
06 e 07/03/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 06

Aos seis dias do mês de março de dois mil e catorze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Luiz Manuel Ferreira Branco;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

A Sr.ª Vereadora Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho não esteve presente por motivos profissionais.

O Sr. Vereador Carlos Alberto Fernandes Logrado comunicou, nos termos do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, que, por imperativos profissionais, estará ausente no período compreendido entre os dias 6 de fevereiro e 6 de março de 2014, pelo que em todas as suas funções enquanto Vereador será substituído pela candidata imediatamente seguinte da lista do +Concelho, Senhora Maria João Santos Roldão Gomes.

A Sr.ª Maria João Santos Roldão Gomes comunicou que, por motivos de saúde, não poderia estar presente na reunião de hoje, informando ainda que os dois candidatos imediatamente a seguir na lista do +Concelho também não poderiam estar presentes, por motivos profissionais, pelo que será substituída pelo 5.º candidato, Sr. Luiz Manuel Ferreira Branco, que se encontrava presente, operando-se de imediato a substituição.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 4, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2014

3. REQ. N. 1946/13, DATADO DE 28/11/2013 – PC N.º 388/13, DATADO DE 18/10/2013 – VENCESLAU LOLA FERREIRA
4. REQ. N. 228/14, DATADO DE 14/02/2014 – PC N.º 261/13, DATADO DE 08/08/2013 – ANA CATARINA BARROCA BATISTA E SUSANA MARGARIDA BARROCA BATISTA
5. REQ. N. 218/14, DATADO DE 12/02/2014 – PC N.º 380/13, DATADO DE 15/10/2013 – ARMÉNIO DOS PRAZERES BATISTA
6. REQ. N. 319/13 , DATADO DE 05/03/2013 – PC N.º 176/08 , DATADO DE 05/05/2007 – ARMÉNIO ANGELINO HENRIQUES
7. REQ. N. 555/13, DATADO DE 16/04/2013 – PC N.º 99/13, DATADO DE 16/04/2013 – AFONSO DE JESUS CAMINHO
8. REQ. N. 2022/13, DATADO DE 10/12/2013 – PC N.º 416/13, DATADO DE 31/10/2013 – TELMO GOMES
9. REQ. N. 161/14, DATADO DE 31/01/2014 – PC N.º 383/13, DATADO DE 16/10/2013 – ANTÓNIO XAVIER VIEIRA PEDRO
10. REQ. N. 1497/11, DATADO DE 22/07/2011 – PC N.º 296/11, DATADO DE 22/07/2011 – FERNANDO DO ROSÁRIO DA CRUZ NETO
11. REQ. N. 1027/13, DATADO DE 08/07/2013 – PC N.º 207/13, DATADO DE 08/07/2013 – JAIME PEDRO DA COSTA MANSO
12. REQ. N. 279/14, DATADO DE 24/02/2014 – PC N.º 27/13, DATADO DE 23/01/2013 – BANCO ESPIRITO SANTO, S.A
13. REQ. N. 267/14, DATADO DE 21/02/2014 – PC N.º 107/11, DATADO DE 29/03/2011– EMILIA MARIA ALEXANDRE CANTANTE
14. REQ. N. 242/14, DATADO DE 18/02/2014 – PC N.º 98/06, DATADO DE 14/02/2006 – GONÇALO JOSÉ RIBEIRO SILVA GOMES
15. REQ. N. 288/14, DATADO DE 26/02/2014 – PC N.º 172/12, DATADO DE 19/06/2012 – JOANA RITA ANDRÉ CUSTÓDIO
16. REQ. N. 2591/09, DATADO DE 02/10/2009 – PC N.º 152/08, DATADO DE 18/04/2008 – NELSON EDGAR GOMES PEREIRA
17. REQ. N. 2104/13, DATADO DE 27/12/2013 – PC N.º 447/06, DATADO DE 11/07/2006 – HOTÉIS CRISTAL - EMPREENDIMIENTOS TURÍSTICOS, S.A.

18. REQ. N. 1293/13, DATADO DE 18/09/2013 – PC N.º 280/13, DATADO DE 18/09/2013 – SÃO SILVESTRE – ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DA MOITA
- 18-A. REQ. N. 244/14, DATADO DE 18/02/2014 – PC N.º 280/13, DATADO DE 18/09/2013 – SÃO SILVESTRE – ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DA MOITA
19. NECESSIDADE DE PROMOVER A REABILITAÇÃO URBANA NO CENTRO DA MARINHA GRANDE
20. PRÉDIO DEGRADADO – DERROCADA PARCIAL PARA A VIA PÚBLICA – RUA DO AÇUDE, ALBERGARIA - PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – PROPRIETÁRIO: LUIS DUARTE SANTOS - FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO – VISTORIA URGENTE – APRECIAÇÃO DO AUTO DE VISTORIA – TRABALHOS DE DEMOLIÇÃO URGENTES.
21. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS EM VIATURA AUTOMÓVEL – RUA DAS CAVADAS, SENTIDO ALBERGARIA-PICASSINOS – BURACO NA FAIXA DE RODAGEM - REQUERENTE: JOAQUIM MANUEL GUERRA PARRACHO – APRECIAÇÃO – PROPOSTA DE INDEFERIMENTO - AUDIÊNCIA PRÉVIA.
22. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VIATURA AUTOMÓVEL – QUEDA DE UMA BRAÇA DE PINHEIRO EXISTENTE EM ESPAÇO PÚBLICO – TEMPORAL OCORRIDO EM JANEIRO - REQUERENTES: ALEXANDRE MIGUEL MATIAS SOARES E ESPOSA – RESPONSABILIDADE CIVIL – NOVA APRECIAÇÃO – PROPOSTA DE INDEFERIMENTO – AUDIÊNCIA PRÉVIA.
23. REQUALIFICAÇÃO DA RUA DAS LARANJEIRAS – CEDÊNCIA 112,35M DE TERRENO DA SRª. ALICE MARQUES DOMINGUES ROSENDO
24. REQUALIFICAÇÃO DA RUA DAS LARANJEIRAS – CEDÊNCIA 88,95M DE TERRENO DA SRª. MARIA CRISTINA GUERRA LUIS DA CRUZ
25. REQUALIFICAÇÃO DA RUA DAS LARANJEIRAS – CEDÊNCIA 58,00M DE TERRENO DA SRª. MARIA PIEDADE MARQUES MIRANDA
26. AUMENTO TEMPORÁRIO DE FUNDOS DISPONÍVEIS – AUTORIZAÇÃO, A TÍTULO EXCEPCIONAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 4.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO E DO ART.º 6.º N.º 2 DO DECRETO-LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO
27. CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA FINS NÃO HABITACIONAIS – CE 03/2011 DE 06.01.2011 E ADENDA CE 13/2011 DE 28.02.2011 – ATUALIZAÇÃO DA RENDA

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 06

28. FUNDO FINÍCIA – PARECER DA CÂMARA SOBRE O PROJETO DE INVESTIMENTO APRESENTADO PELA ENTIDADE PINUS PINASTER, LDA
29. ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDA REFERENTE À PRACETA DA LIBERDADE, A QUAL SE ENCONTRA SOB O REGIME DE RENDA APOIADA, COM ENTRADA EM VIGOR A 01 DE ABRIL DE 2014
30. ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS APOIADAS PARA ENTRADA EM VIGOR EM ABRIL DO CORRENTE ANO.
31. REAPRECIÇÃO DO VALOR DA RENDA APLICADO AO INQUILINO CAMARÁRIO CARLOS MANUEL DE JESUS, RESIDENTE NA RUA JÚLIO BRAGA BARROS, BLOCO 1, R/C B, POR MOTIVO DE REAJUSTAMENTO DO RENDIMENTO MENSAL
32. TRANSFERÊNCIA HABITACIONAL DA INQUILINA SANDRA CATARINA REBELO DOS SANTOS GALO, RESIDENTE NO BAIRRO DO CAMARNAL N.º 31 PARA A HABITAÇÃO N.º 43, SITA NA RUA BAIRRO DO CAMARNAL, POR FALTA DE CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE
33. PROPOSTA DE FORMALIZAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE E O TURISMO CENTRO DE PORTUGAL
34. “REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA PANIFICADORA (FASE 1 E FASE 3)”. ALTERAÇÃO DO PREÇO BASE. RATIFICAÇÃO DE DESPACHO.
35. RESUMO DE TESOUREARIA



## 1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

**Usaram da palavra os seguintes munícipes:**

1 – O **Sr. Dr. Almeida Gomes, representante dos Hotéis Cristal – Empreendimentos Turísticos, S.A.**, que pretende saber qual a resposta ao seu pedido de isenção de taxas de alvará da unidade hoteleira de que necessita para levar a efeito um investimento de seis milhões de euros na Praia da Vieira. Considera que a unidade hoteleira é uma indústria, e

por isso parece-lhe que também será abrangida pelo novo programa de incentivo industrial. O projecto que pretende levar a cabo é pioneiro, único em Portugal e até na Península Ibérica, é apoiado pelo QREN e precisa do alvará para a próxima semana. É do seu conhecimento que o pedido vai ser indeferido, não aceita ser discriminado e quer ser tratado como todos os industriais da Marinha Grande. Não pretende fazer chantagem mas a verdade é que se não entregar no Turismo de Portugal o referido alvará o projeto caduca e o financiamento perde-se. O Hotel Cristal é uma das 2.700 indústrias portuguesas que exporta mais de um milhão de euros por ano, tem dezenas de postos de trabalho criados e o projeto irá criar mais algumas dezenas.

2 – O **Sr. Ernesto Silva** apresentou os seguintes assuntos:

- Voltou a lembrar a questão do IRS, e que a Câmara, em tempo de crise, deveria devolver algum às pessoas.
- Sobre o IMI consultou o diploma que lhe foi indicado pelo Sr. Vereador António Santos e pede à Câmara que se não tem meios para enviar os elementos para as Finanças então que contacte a ANMP.
- Referiu que passou hoje na Biblioteca Municipal e os computadores estão na mesma situação para a qual já tinha chamado a atenção em anterior reunião.
- Disse que cortaram as árvores e não pensaram nas soluções para depois. Como a Marinha Grande é uma terra de plásticos acha que poderiam ter sido feitas umas árvores de plástico, como as árvores de natal, e assim evitava-se o aspeto degradante que ali está.
- Têm-se verificado descargas de efluentes na Ribeira dos Milagres, que prejudicam a Vieira de Leiria e a sua população. O problema tem que ser atacado pelas entidades que estão no terreno, a Câmara Municipal da Marinha Grande e a Câmara Municipal de Leiria. Sugeriu a transformação do rio Lis numa pista de canoagem.
- Por último fez entrega de uma pen ao Sr. Vereador Aurélio Ferreira.

Terminadas as intervenções do público usaram da palavra os Srs. Vereadores.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** agradeceu a presença do público, disse que não vai comentar a intervenção do Sr. Ernesto, uma vez que são os mesmos assuntos e o executivo permanente dar-lhe-á resposta. Sobre o Hotel Cristal considera que é um assunto muito grave tendo proposto que se antecipasse a discussão do ponto 17 da ordem do dia para agora, aproveitando a presença do Dr. Almeida Gomes. É uma situação deveras preocupante para a nossa comunidade, não é uma empresa qualquer, é o maior investidor turístico do concelho a quem tem que ser dada atenção. Lembrou que quando aprovou o programa de incentivo industrial ressaltou as áreas da restauração, serviços e engenharia.

O **Sr. Vereador António Santos** concorda com o Sr. Vereador Aurélio Ferreira e disse que as próprias Finanças consideram a atividade hoteleira como uma indústria. Quanto ao Sr. Ernesto concorda com ele no aspeto do rio Lis, que devemos lutar todos para termos um

rio limpo e cativante para a população. Sobre o IMI informou que até 31/12/2013 todos os resultados da avaliação geral estavam insertos nas matrizes prediais urbanas do concelho, em 31/12/2013, para servirem de base à liquidação de IMI, cuja receita total é para as Câmaras.

A Marinha Grande baixou o IMI e é um dos concelhos com uma taxa mais baixa. Em relação aos prazos informou que eles foram cumpridos pelos serviços de Finanças.

**Nesta altura o Sr. Ernesto entrou em diálogo com a mesa, por entender que o devia fazer. O Sr. Presidente não autorizou, pelo que o Sr. Ernesto manifestou o seu desagrado e descontentamento acabando por sair da sala.**

**O Sr. Vereador Luiz Branco** leu um documento onde enumerava as razões pelas quais aqui está presente. De seguida referiu que concorda com a discussão do ponto 17 de imediato, lembrando que mais de 30% do nosso concelho tem orla marítima, pelo que se deve apoiar todo e qualquer projeto de turismo.

Em relação à intervenção do Sr. Ernesto entende que os munícipes não devem entrar em diálogo com a mesa, mas concorda com os seus assuntos, nomeadamente sobre o rio Lis, e há que entrar em contacto com a SIMLIS e a Câmara Municipal de Leiria para encontrar soluções.

Na sequência da intervenção do Dr. Almeida Gomes, o **Sr. Vereador Paulo Vicente** citou o n.º 5 do art.º 14.º do Regimento da Câmara Municipal da Marinha Grande, que diz que os documentos que acompanham a ordem de trabalhos não podem ser divulgados ou tornados públicos, chegando à conclusão que este artigo foi violado, uma vez que o munícipe já sabe o sentido de voto. Não sabe até se é legal e se não pode ser considerado como pressão sobre a decisão que vai ser tomada, até porque a proposta não é uma decisão fechada. Deixou esta questão à consideração para depois ser avaliada.

**O Sr. Vereador Vítor Pereira** iniciou a sua intervenção saudando todos os presentes. Referiu que são importantes as intervenções do público e que se há respeito pelos eleitores também tem que haver respeito pelo órgão e isso faz-se cumprindo regras. Aquilo que o Vereador Paulo Vicente afirmou é verdade e também não vê mal que se discuta o ponto 17 de imediato e se vejam as situações que estão aqui em causa. Na altura da aprovação do Programa de Apoio ao Investimento Industrial falou-se da atividade hoteleira como indústria e dever-se-ia equacionar essa situação pois pode não ter ficado perfeitamente claro em termos de regulamento, e dado que aqui o legislador e o seu espírito pertencem ao executivo, uma vez que o regulamento é municipal, será o executivo que o saberá interpretar, pelo que entende que estas questões deverão ser vistas na altura.

**O Sr. Presidente** começou por dar as boas vindas ao Sr. Vereador Luiz Branco, dizendo que será sempre bem-vindo, assim como o público. Sobre o que se passou com o Sr. Ernesto Silva, disse que sempre respeitou as leis e os mais velhos. Em relação ao IMI disse que o concelho da Marinha Grande é dos que tem as taxas mais baixas e não foi beneficiado por esta avaliação, uma vez que a Câmara não recebeu nada daquilo que o Governo prometeu e que teve a cobertura da Presidência da ANMP da altura. Considera

que espetáculo degradante era aquilo que se passava anteriormente ao corte das árvores. Relativamente às descargas do rio Lis a Câmara da Marinha Grande sempre esteve na linha da frente no combate, mas o Governo não teve forma de enfrentar os proprietários das suiniculturas. Não se podem fechar todas estas empresas e as Câmaras de Leiria e da Batalha estão a trabalhar. Brevemente poderá haver novidades sobre a requalificação do rio Lis.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** disse que se opõe à alteração da ordem do dia, por entender que é um precedente alterá-la ao sabor das conveniências das pessoas que aqui vêm.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** pediu uma interrupção da reunião para esclarecer algumas questões técnicas que vão para além do regulamento.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** declarou que se vai ausentar da sala na discussão deste ponto porque se sente pressionado pela violação do n.º 5 do art.º 14.º do Regimento da Câmara Municipal da Marinha Grande, e esta violação veio coartar e condicionar a sua decisão livre e espontânea. Após esta declaração saiu da sala.

200 - Seguidamente o **Sr. Presidente** colocou à votação a proposta de alteração do ponto n.º 17 para n.º 2 da ordem do dia.

**Esta alteração foi aceite, por maioria, com 4 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Presidente.**

O **Sr. Vereador António Santos** proferiu a seguinte declaração de voto:

*“Nas reuniões devemos utilizar o princípio da igualdade e da proporcionalidade. Na última reunião quando estavam presentes os três Presidentes das Juntas entendeu-se por bem que o tempo deles era precioso para gerir os desígnios do concelho e que o ponto relativamente às Juntas de Freguesia fosse discutido em primeira mão. Votei favoravelmente esse ponto porque concordei que o tempo é precioso para cumprir com os afazeres que todos os dias se levantam. De igual modo, porque temos aqui um industrial da indústria hoteleira que quer fazer um investimento de seis milhões de euros no concelho, penso que o tempo dele também é precioso para gerir as suas empresas e salvaguardando os empregos que tem não podia ter uma outra atitude senão aquela que tive há 15 dias, que é votar favoravelmente este ponto.”*

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** proferiu a seguinte declaração de voto:

*“Votei favoravelmente a alteração da ordem de trabalhos numa perspectiva de que decidirei o meu sentido de voto sempre em consciência e nunca pressionado por nada. Não tenho qualquer receio perante qualquer alteração que haja à ordem de trabalhos ou perante a presença de quem quer que seja. Votarei sempre de acordo com a minha consciência e com a defesa dos reais interesses dos marinhenses, quer sejam empresários quer sejam trabalhadores. No entanto realço que a divulgação antecipada da ordem de trabalhos me parece, no mínimo, ilegítima. Nesta terra de tão grandes tradições de convivência democrática penso que deveremos assumir cada vez mais posturas de dignidade.”*



O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que a sua declaração comunga a do Sr. Vereador António Santos.

O **Sr. Vereador Luiz Branco** proferiu a seguinte declaração de voto:

*“Votei favoravelmente por entender não se tratar de abertura de um precedente porque o mesmo já aconteceu e em que também votámos favoravelmente. Faço-o pelas mesmas razões de aproveitamento de tempo da pessoa envolvida.”*

O **Sr. Presidente** proferiu a seguinte declaração de voto:

*“Votei contra tendo perfeita consciência de que não estava a coartar nenhum direito de nenhum munícipe já que qualquer pessoa pode assistir à reunião e neste caso o Sr. Almeida Gomes poderia estar presente na discussão do ponto n.º 17. Penso que se está a abrir um precedente já que a partir de hoje qualquer assunto devidamente agendado poderá sofrer alteração. Não queiramos comparar a discussão realizada há 15 dias sobre a delegação de competências nas Juntas, e reforço que são as 3 Juntas existentes no concelho da Marinha Grande, com um ponto da ordem de trabalhos. Quero deixar aqui a minha indignação por mais uma vez alguém que se diz responsável ter violado as normas regimentais.”*

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O **Sr. Presidente** interrompeu a reunião nesta altura e anunciou um intervalo de 15 minutos, das 10:20 horas às 10:35 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Retomada a reunião, e estando em causa a análise do ponto 17, o **Sr. Vereador Paulo Vicente** voltou a declarar que não vai estar presente neste ponto porque foi violado o n.º 5 do art.º 14.º do Regimento da Câmara Municipal, que levou à presença do interessado que se pronunciou sobre o requerimento e as palavras foram de pressão sobre a sua pessoa, e como não toma decisões sobre pressão vai-se ausentar. Após esta declaração saiu da sala.

Seguidamente o **Sr. Presidente** referiu que nesta sala tinham sido proferidas algumas palavras que não correspondem à verdade, pelo que solicitou a presença da Dr.ª Inês Marrazes, Chefe da Divisão de Ordenamento do Território, a quem pediu que fizesse o enquadramento do processo que se encontra hoje em apreciação.

Terminada a explicação técnica, o **Sr. Presidente** declarou:

*“O investimento de seis milhões de euros diz respeito a um processo que foi discutido na reunião extraordinária da Câmara Municipal de agosto de 2013 e não ao processo que está em discussão.”*

*Sobre o processo que esteve em discussão na reunião de Câmara extraordinária do ano de 2013 não deram entrada nesta Câmara Municipal os projectos de especialidade que permitirão a deliberação final do processo. Portanto quando aqui se referiu que estava em causa o investimento de seis milhões de euros não corresponde com a verdade."*

**Após esta declaração o Sr. Presidente abriu a discussão a todos os Srs. Vereadores.**

O **Sr. Vereador António Santos** colocou algumas questões técnicas sobre o processo que foram esclarecidas pela Dr.<sup>a</sup> Inês Marrazes, Chefe da Divisão de Ordenamento do Território.

O **Sr. Vereador Luiz Branco** referiu que se trata de um processo complexo, e pediu que fosse permitido ao Dr. Almeida Gomes responder às questões que os Vereadores possam colocar.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que pelas explicações que foram dadas entendeu que estão aqui em causa dois processos: o 447/06 e o 258/2013, tendo questionado a que processo diz respeito a intervenção do Dr. Almeida Gomes.

A **Dr.<sup>a</sup> Inês Marrazes** referiu que não estava presente na altura da intervenção do Dr. Almeida Gomes, mas esclareceu que no processo 258/2013 ainda não pode ser emitido o alvará porque aguarda o envio das especialidades. O que está agendado refere-se a um processo de licenciamento de alterações do empreendimento turístico, que tem o alvará pronto a ser levantado, tendo o requerente solicitado a concessão do benefício previsto no Programa de Apoio ao Investimento Industrial em 27/12/2013.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse ter percebido que o investimento do QREN está no processo 258/2013, e que o 447/06 é uma parte do todo e não se enquadra no Programa de Apoio ao Investimento, conforme informação jurídica. Porquê? Lembrou que quando aqui foi discutido o apoio ficou em ata, dito por si, que não devia ser um programa restritivo, e continua a não concordar com a criação de desigualdades. O que se está a criar é uma situação para que este investidor se vá embora.

O **Sr. Presidente** interveio e disse que as afirmações do Sr. Vereador Aurélio Ferreira não correspondem à verdade, porque no requerimento que lhe enviou, em 23/01/2014, está lá escrito à DJC, para informar sobre o pedido solicitado. Estes documentos estão aqui à disposição de todos no Salão Nobre, a informação jurídica está assinada, também está aqui, mas não passa para fora com a assinatura. Mas está aqui assinada, e até gostaria de saber qual é o interesse no conhecimento da assinatura dos técnicos que dão os pareceres. Neste momento o processo está para audiência prévia, mas face ao regulamento não se enquadra no apoio.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** usou da palavra referindo que depois de algumas intervenções que não trouxeram nada à resolução do assunto, só quer dizer que não vale a pena entrar em grandes intervenções, uma vez que estão aqui para resolver. Está

perfeitamente de acordo que o interessado queira falar, mas não se pode abrir um precedente, senão nunca mais as reuniões acabavam. O que lhe parece é que a emissão deste alvará é necessário para o outro processo e haverá alguns impedimentos legais que possam levar a isso. A verdade é que se falou aqui, na altura da aprovação do regulamento, em indústria hoteleira. Assim, propôs que este ponto fosse retirado da ordem de trabalhos, e porque as pessoas se entendem, e para o bem da Marinha Grande e do concelho, que seja conversada com o interessado uma forma prática de ultrapassar esta situação, tendo em conta os interesses empresariais mas também do concelho. Que se retire o ponto e se tente encontrar uma solução de consenso, porque o que foi dito até agora foram só discursos políticos que não levam a nada.

O **Sr. Presidente** esclareceu que o requerimento deu entrada no dia 27/12/2013 e foi analisado ao abrigo do regulamento de apoio de 2013 e não de 2014. Mais uma vez frisou que todos os investimentos na Marinha Grande são bem-vindos e que ontem falou com o Dr. Almeida Gomes, e como tinha a agenda preenchida, disse-lhe, ontem às 11:34 horas, que hoje, no fim previsível da reunião de Câmara, o atenderia.

Relativamente ao processo 258/2013 informou que as especialidades já deveriam ter sido apresentadas até 02/03/2014. É evidente que a Câmara tem todo o interesse em todos os investimentos, em especial nos desta monta, e por isso fez uma reunião extraordinária em 2013 e só assim foi possível aprovar num espaço de oito dias. Não é a Câmara que está em falta para entrega de documentos para apoio do QREN, e o que está aqui em causa no processo de 2006 são taxas no valor de 4.542,38 €, para poder ser levantado o alvará.

O **Sr. Vereador Luiz Branco** referiu que é um ponto muito importante e não pode ser tratado com leviandade. O mundo dos negócios é um mundo cão, que funciona de modo muito introvertido. O Dr. Almeida Gomes disse que tem prazos para cumprir com o QREN senão perderá um investimento. Anotou de bom grado que houve celeridade para resolver o processo, mas é preciso ver que do outro lado há um gestor, e seria de bom-tom perguntar-lhe se não conseguiu enquadrar um processo no outro. No que diz respeito à indústria o parecer diz que não considera isto indústria, o que parece que não é o caso. Seria aconselhável que o processo não ficasse à espera mais 15 dias, parecendo-lhe aconselhável analisar o pedido de 2013 com base no programa de apoio de 2014.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** pediu ao Sr. Vereador Luiz Branco para explicar como é que resolvia a situação de um pedido de 2013 com base no regulamento de 2014. O que se passa e está em causa é que o interessado precisa deste alvará para resolver o outro processo.

O **Sr. Vereador Luiz Branco** retorquiu que lhe parece que se está a perder um outro investimento na Marinha Grande.

O **Sr. Vereador António Santos** interveio, referindo que está aqui apenas para resolver os problemas de forma sintética, rápida e precisa. Pactua com a proposta apresentada pelo Vereador Vítor Pereira e tanto quanto percebeu há interligação entre um processo e outro.

O **Sr. Presidente** voltou a recordar que os timings permitiram que em 2013 se tomasse uma decisão em oito dias, e que o prazo para apresentação das especialidades terminou no dia 02/03/2014. A Câmara voltou a conceder algum tempo para que sejam entregues estas especialidades, e chamou a atenção de que há problemas graves naquelas instalações e os técnicos não podem apreciá-las em oito dias. Respondendo ao Sr. Vereador Luiz Branco disse que o assunto não é tratado com leviandade e quem o disser está a mentir. O gestor gere as empresas e o Presidente e os Vereadores gerem a Câmara. Voltou a referir que ontem disse ao Dr. Almeida Gomes que o recebia hoje, depois da reunião, e que ele tem por direito próprio que ser ouvido, e que sempre se encontrou solução, como já aconteceu com outras empresas.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** voltou a propor a retirada do ponto e que a resolução da questão das taxas seja resolvida com o interessado.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** voltou a referir que os documentos que lhe chegam não são iguais ao original, e que a informação vem coartada, não fazendo ideia do que está oculto, uma vez que o documento está truncado. Na segunda-feira pediu dois documentos, e um dos pareceres não lhe foi enviado, tendo sido enviado o mesmo que já tinha recebido com a ordem do dia. Sobre a proposta de retirada do ponto chamou a atenção para os prazos. Depois recordou que já a CDU defendeu, em 2013, o apoio às empresas, tal como consta da declaração de voto proferida na reunião de 21 de fevereiro, que leu.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** interrompeu para protestar pelo facto de o Vereador Aurélio Ferreira estar a chamar para a discussão essa deliberação, dizendo que reafirma o que foi dito na altura.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** prosseguiu a sua intervenção, chamando a atenção para o prazo reduzido para apreciar um processo desta dimensão e pedindo novamente que se englobem no apoio as outras áreas já por si mencionadas. Dado que se está a fazer a interpretação do que é empresa industrial, citou o artigo 119.º, n.º 3 do RMEU – Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização, com a epígrafe “Isenções e reduções de taxas”, que diz *“A câmara municipal pode ainda deliberar a isenção ou a redução até 50% das taxas pela realização de operações urbanísticas nos seguintes casos: (...)”*, que são enumerados de seguida, sendo sua opinião que estas isenções também englobam as unidades hoteleiras, pelo que não percebe porque é que há aqui um parecer em contrário.

O **Sr. Presidente** disse que o Sr. Vereador mais uma vez mentiu ao dizer que decorreram vários meses para apreciação do processo.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** protestou, referindo que não foi isso que disse. Apenas disse que não teve tempo para analisar o processo.

O **Sr. Presidente** retomou a palavra, dizendo que sobre tudo o resto o tempo falará.

O **Sr. Vereador António Santos** referiu que há uma proposta para resolver o problema.

O **Sr. Presidente** lembrou o que já disse, ou seja, o processo está para audiência prévia e o Sr. empresário com certeza que já terá preparado a sua alegação.

O **Sr. Vereador António Santos** retomou a palavra, dizendo que defende a retirada do ponto e a sua apreciação numa reunião extraordinária, a que virá a título gratuito, porque estão em causa os interesses do concelho. Dá, por um lado, razão à retirada do ponto, mas por outro lado estão em causa os tempos para a tomada da decisão.

Na sequência da observação do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, a **Dr.ª Inês Marrazes** pediu para corrigir a situação, informando que o parecer que o Vereador pediu e que ia mencionado na proposta de deliberação não existe, é um erro, o que se pretendia mencionar era a data do único parecer jurídico existente, que é de 29/01/2014, dando-se assim por esclarecido o mal-entendido.

Depois dos esclarecimentos prestados, o **Sr. Vereador Luiz Branco** referiu que lhe parecia benéfico um intervalo nesta altura, para que pudessem falar com o interessado.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O Sr. Presidente propôs então um intervalo de 10 minutos, das 11:35 horas às 11:45 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Retomada a reunião, o **Sr. Presidente** apresentou mais alguns dados para reflexão de todos. Referiu que aquilo que se vai decidir é um apoio de isenção de taxas ao abrigo de um programa de incentivo de 2013, que foi aprovado pela Câmara e pela Assembleia Municipal. Não pode sofrer alterações porque em 2014 a Câmara e a Assembleia Municipal já aprovaram o apoio para este ano, pelo que pediu aos distintos colegas que arranjem uma solução, chamando a atenção para todas as ilegalidades que possam vir a cometer nesta reunião de hoje. Chamou ainda a atenção para o facto de o Regimento da Câmara Municipal estar a ser sucessivamente infringido.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu que o Sr. Presidente tem razão, pelo que propôs o seguinte:

- 1.º - Que se apresente uma alteração ao programa aqui aprovado em 2014, alargando-o às actividades aqui propostas, de forma mais abrangente. É uma proposta para o futuro e que não resolve este problema.
- 2.º - Que se analise o processo ao abrigo do programa de 2013 e que se entenda a restauração como actividade industrial, tal como consta no RMEU, que admite que a actividade hoteleira faça parte das isenções, e que por isso as taxas tenham uma redução de 50%. É esta a sua proposta.

O **Sr. Presidente** voltou a chamar a atenção de que qualquer resolução contra o parecer dos técnicos pode levá-los a sofrer as consequências, indo até à perda de mandato como já aconteceu numa autarquia deste País.

O **Sr. Vereador António Santos** disse que tem uma proposta sobre a proposta do Vereador Vítor Pereira, que é retirar o ponto e fazer uma reunião extraordinária, tendo em conta os prazos.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** referiu que não é fácil interpretar as leis à nossa medida, nem duvida da bondade da proposta do Vereador Aurélio Ferreira, mas poder-se-ia estar aqui perante alguma grave violação da lei, pelo que propôs e mantém a retirada da proposta agendada e a marcação de uma conversa com o interessado na tentativa de encontrar uma solução, que não sabe qual é. Disse que tem dificuldade em aceitar a proposta do vereador Aurélio porque se pode incorrer em algumas sanções graves, que poderão ir até à perda de mandato, tendo recordado alguns episódios. Assim, reiterou a sua proposta no sentido de retirar o ponto e de o Sr. Presidente conversar com o interessado para encontrar uma solução, que proteja os interesses do concelho e os do interessado.

**Terminadas as intervenções, foi consensual deixar este ponto em suspenso e tomar a decisão na altura da sua discussão.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- O **Sr. Vereador Luiz Branco** fez a primeira intervenção, abordando os assuntos nos termos que se passam a transcrever:

*"PONTOS À CONSIDERAÇÃO DOS SENHORES VEREADORES*

##### **5.ª Feira da Ascensão**

*Depois da catástrofe causada nas nossas matas pelo temporal de 19 de Janeiro do transacto ano.*

*Com muito agrado registamos as intervenções públicas do Sr. Presidente da câmara, Dr. Álvaro Pereira assim como na Assembleia da República o Sr. Deputado da nação Dr. João Paulo Pedrosa, ambos eleitos para os seus cargos pela mesma força política - o PS.*

*Estranhámos é que depois destas intervenções iniciais, considerem os mesmos senhores estarem tomadas todas as necessárias “demarches”. Sabendo eles que as patranhas que lhe foram servidas como resposta não passam disso mesmo. Constatando que para além da colocação de barreiras de cimento, nada mais foi feito desde a retirada inicial da lenha tombada.*

*Enquanto cidadão, munícipe e vereador, solicito ao sr. Presidente esclarecimento sobre o que está a ser feito para que a mata esteja desimpedida e pronta para ser usada pelos Moitenses, Marinhenses e Vieirenses na próxima 5.ª feira da Ascensão – feriado municipal.*

*Não deixa de ser verdade que em 2013 rumei a um conselho vizinho, Alcobaça, concretamente na Praia de Paredes de Vitória, e mesmo não sendo feriado acabei por ser presenteado com uma festa tradicional o que infelizmente não é hábito por cá. Mas não gostava que assim tivesse de continuar.*

*Relembro que esta não é uma preocupação exclusiva do +Concelho mas sim de todos os cidadãos, basta para isso ler o artigo do Sr. Henrique Neto na última edição do JMG.*

### **Zonas Industriais do Concelho.**

*É preocupante o que se tem vindo a assistir nas últimas décadas.*

*Muitas empresas têm vindo a abandonar o concelho, infelizmente muitas porque entram em situação de falência ou insolvência. Mas muitas porque por facilitação de negócios optam por se deslocar 3 a 5 km para o lado e nos concelhos de Leiria, Alcobaça, porto de Mós e até Ponte de Sor encontram essa facilitação.*

*O Concelho da Marinha Grande necessita de investimento, de muito investimento. Não se pode dar ao luxo de deixar que o mundo empresarial se afaste por falta de apoio. São eles que geram parte dos impostos uns que ficam na totalidade no concelho por exemplo o IMI e o IUC outros que em parte revertem para os cofres municipais exemplo do IRS e IRC.*

*E é com estes impostos que se melhora as condições de vida dos munícipes.*

*É inacreditável que empresas que aqui nasceram, não encontraram cá o necessário apoio para crescer e ficar.*

*Apenas alguns exemplos de migração de empresas:*

- *PMM de Picassinos para Maceira.*
- *UE-PRO Pedrulheira para Martingança*
- *Frumolde da Marinha para Martingança*
- *DRT da Embra para Pedra e agora com excelentes instalações na ZICOFA Leiria*
- *POÇO que já transferiu parte da empresa de Albergaria para a mesma ZICOFA Leiria*
- *TOPO que ainda hoje continua a aguardar pela atribuição de um lote*
- *TopView Tools da Marinha Pequena para Martingança (este ano)*
- *Erosomolde das Trutas para Carreira d'Água Barosa*
- *MOLGás de Albergaria para Barosa*
- *MD Fastooling da Embra para a Barosa*

*A Plasmorex há mais de 20 anos instalada no Fagundo vai-se embora para a Barosa previsivelmente até meado do ano.*

*Em sentido inverso também houve algumas movimentações mas não muitas*

- *Cozinhas Micra Monte Real para ZICL*
- *Eletrofer*
- *Almipe*
- *DaCruz*

*e não me lembro de outras.*

*Nas que saíram, as indústrias vão desde sector da reciclagem, metalomecânica, plásticos, serviços, etc. etc.*

*Muitas dezenas de postos de trabalho!*

*Pergunto se alguma vez repararam neste drama? Ou será que não vos aflige?*

*Se alguma vez repararam o que fizeram para não sendo possível reverter parte das situações, tomar precauções para evitar casos futuros?*

*Eu respondo:*

*Nunca repararam, não estão preocupados e não tencionam fazer nada.*

#### ***Ainda nas zonas industriais.***

*Porque é que as nossas zonas industriais são apenas isso e não zonas empresariais, desta pequena diferença, **uma única palavra**, faz com que a zona industrial da Vieira esteja parcialmente ocupada (cerca de 50% por cento) e haja empresas da área do comércio de distribuição e de serviços que se foram instalar na GUIA concelho de Pombal por não lhes ser facultada a instalação naquela Zona Industrial.*

*Depois basta olhar para o cuidado posto nas mesmas zonas industriais em que os equipamentos municipais apresentam um aspecto degradado. Ele são buracos, são a inexistência de passeios pela total degradação dos mesmos caso da rua da Alemanha, a falta de limpeza e mais outras coisas para as quais não disponho de tempo para as relatar.*



*É UM ABANDONO TOTAL*

*E JÁ AGORA PARA QUANDO O TÃO PROCLAMADO ALARGAMENTO(ZINHO), PARA QUANDO A ABERTURA DE NOVAS VIAS DE ACESSO?*

*Só mais uma nota*

*Muitos são os concelhos de Portugal que estão a oferecer lotes completamente infraestruturados, nalguns casos, com os pavilhões construídos à medida dos interessados, com tudo incluído a um valor que varia entre os 50 cêntimos e 1 euro por M2*

*E nós que não necessitamos desta ginástica orçamental deixamos que as que cá nascem nos abandonem por falta de condições."*

▪ **O Sr. Vereador Aurélio Ferreira abordou os seguintes assuntos:**

⇒ Entregou um requerimento com o seguinte teor:

*"REQUERIMENTO\_11/2014*

*Assunto: Pedido de listagem de processos judiciais*

*Venho pelo presente solicitar que me se seja facultada uma listagem dos processos judiciais em curso, com a indicação sumária da natureza do processo e do motivo que o justifica.*

*Marinha Grande, 6 de Março 2014*

*O Vereador  
Aurélio Ferreira"*

⇒ Elogiou todos os marinhenses que dignificam a nossa terra, nos mais diversos setores, e em especial dois atletas de patinagem em velocidade, que embora sem qualquer apoio por parte da autarquia foram chamados à seleção nacional. E ao Nuno Saraiva que foi penta campeão nacional de juniores em judo. Para se perceber a dimensão deste feito, é o único atleta no mundo a ser campeão de juniores todas as vezes em que participou, e foram cinco. Fez notar que a Marinha Grande só teve um atleta olímpico, aliás funcionário desta Câmara, o Raimundo Santos, e que temos aqui potencial para poder ter o segundo atleta olímpico, mas para isso precisa de muito apoio, que não é apenas financeiro, mas de carinho, de reconhecimento e de networking que a autarquia tem obrigação de fazer. Disse ainda que se vivesse noutro município já estava há muito a ser apoiado, na Marinha Grande, temos um regulamento que é cego para estas situações e que já devia estar alterado.

▪ **O Sr. Vereador António Santos abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Assina por baixo aquilo que o Sr. Vereador Aurélio Ferreira disse sobre o desporto.
- ⇒ Perguntou qual o ponto da situação dos inquilinos das lojas da Resinagem, uma vez que não pagam rendas nem têm os espaços em seu poder.
- ⇒ Sabe que apesar de não haver regulamento para apoio à natalidade foi aceite um requerimento, pelo que gostaria de saber como está a situação.

▪ **Às questões colocadas, o Sr. Presidente respondeu o seguinte:**

- ⇒ Zonas industriais – foi o executivo anterior que conseguiu concretizar o alargamento e pensa que o conseguiu em melhores condições do que aquelas que tinham sido negociadas. Vai ser lançada uma candidatura para fazer as infraestruturas, apesar de o Governo considerar que as zonas industriais existentes no País chegam e são suficientes. Esta é a situação atual, apesar de nas palavras do Sr. Vereador quem por cá passou nunca ter feito nada nem reparar em nada. Não sabe a que se refere quando menciona o abandono total das zonas industriais. É verdade que as estradas e os passeios não estão nas melhores condições, também por culpa dos empreendedores, mas a essas pessoas que acham que nada se faz responderá como sempre, com obra.
- ⇒ 5.ª feira da Ascensão – também está preocupado, já foi verificar que nem toda a madeira foi retirada, como tinha sido dito.
- ⇒ Atletas da patinagem – não é verdade que não tenham qualquer apoio da Câmara, pois há algum apoio, porque tanto quanto sabe ainda continuam a treinar no Parque Municipal de Exposições.
- ⇒ Nuno Saraiva – sobre o atleta e o seu pai ninguém lhe dá lições de carinho, pois ainda ontem teve uma reunião com eles, é um assunto que está a ser acompanhado, e depois será devidamente discutido aqui na reunião, enquanto não houver regulamento.
- ⇒ Natalidade – o Governo descobriu agora que é preciso apoiar, enquanto a Marinha Grande já descobriu isso há muito tempo. Assim como o apoio industrial, se bem que sabe que há outros municípios que até dão os terrenos, pois ficaram com baldios. Não sabe se o Sr. Vereador fez o levantamento de qual foi o número de postos de trabalho das empresas que saíram comparando com o número de postos de trabalho que foram criados com a vinda de empresas. Talvez fosse interessante comparar.

▪ **O Sr. Vereador Vítor Pereira abordou os seguintes assuntos:**

- ⇒ Expressou a sua satisfação por agora haver pessoas que estão altamente empenhadas na resolução dos problemas do concelho. Não é o seu caso, que já se

preocupa há 40 anos, mas é bom que haja pessoas a reparar que há outros que não têm reparado.

- ⇒ Informou que fez um ofício a dar os parabéns ao Nuno Saraiva, mas se calhar errou ao não o divulgar na praça pública, mas é mais pela prática e pelo fazer e não pela imagem, deve ser um defeito seu preocupar-se mais com o fazer.
- ⇒ Sobre a natalidade, informou que há um vazio entre o anterior regulamento e o novo, que já está feito e está em análise jurídica, e espera que venha à próxima reunião.
- ⇒ Aproveitou esta oportunidade para convidar para a exposição e espetáculo musical a realizar dia 8 de março.
- ⇒ Continua a pedir aos Vereadores que comecem a refletir sobre os apoios desportivos, para que possam dar a sua contribuição quando aqui chegar a discussão.

▪ **Às questões colocadas sobre a sua área de atuação, o Sr. Vereador Paulo Vicente respondeu o seguinte:**

- ⇒ Lojas da Resinagem – a CERTIEL fez a certificação da Resinagem e só agora é que se podem pedir os contadores. Já insistiu junto dos serviços para que possam ser resolvidos os problemas existentes, estando a decorrer neste momento uma reunião para esse fim.
- ⇒ Matas – ainda ontem foi pedido à Proteção Civil para entrar nas matas, e não é verdade aquilo que o Vereador disse, estão constantemente a cair árvores e a estrada tem declives. Foram tiradas fotos que vão ser enviadas à Ministra. Há muita perigosidade, nomeadamente de árvores que estão na borda da estrada e que poderão vir a cair, tal como aconteceu com o mau tempo deste ano, e que não teve qualquer comparação com o ano anterior. O Governo não cumpre e estamos a insistir constantemente.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** perguntou se continua a ser perigoso entrar na mata e abrir aquela estrada.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** respondeu que sim, e não sabe quem assumirá essa responsabilidade, uma vez que há um bem superior que é a vida.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O período de antes da ordem do dia terminou nesta altura, quando eram 12:40 horas, pelo que o Sr. Presidente interrompeu a reunião, para almoço, recomeçando às 14:30 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX



**2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 4, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2014**

202 - Presente a ata n.º 4, da reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 20 de fevereiro de 2014, cuja leitura foi dispensada por ter sido previamente distribuída.

O Sr. Vereador António Santos apresentou uma correção à página 94, referente à sua intervenção sobre o projeto de Regulamento do Orçamento Participativo de 2014, que foi aceite.

A Sr.ª Vereadora Maria João Gomes também apresentou, por e-mail, uma correção à página 95, referente à sua posição sobre o projeto de Regulamento do Orçamento Participativo de 2014, que foi aceite.

**A Câmara delibera, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a sua redação final, com a introdução da alteração proposta**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**O Sr. Presidente quis deixar expresso um agradecimento aos serviços da Câmara pelo facto de as atas das reuniões estarem a ser aprovadas na reunião seguinte e disponibilizadas de imediato, o que não acontece em mais nenhuma Câmara. Todos os membros do executivo concordaram com este louvor aos serviços.**

**3 - REQ. N. 1946/13, DATADO DE 28/11/2013 – PC N.º 388/13, DATADO DE 18/10/2013 – VENCESLAU LOLA FERREIRA**

203 - Presente pedido com o registo n.º 1946/13, datado de 28/11/2013 relativo a **licenciamento (legalização) de alterações efetuadas e constituição de propriedade horizontal** no conjunto edificado situado no largo Combatentes da Grande Guerra, n.º 14 a 20, Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 5696 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1583, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 388/13, com data de entrada de 18/10/2013, apresentado por **Venceslau Lola Ferreira** com o NIF 154415839, residente na rua dos Vidreiros, n.º 2,6, Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 17/02/2014, que atesta encontrar-se o pedido em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera: DEFERIR, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de**

março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o projeto de arquitetura relativo ao licenciamento (legalização) de alterações efetuadas e constituição de propriedade horizontal no conjunto edificado situado no largo Combatentes da Grande Guerra, n.º 14 a 20, Vieira de Leiria, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 5696 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 1583, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 388/13, com data de entrada de 18/10/2013, apresentado por Venceslau Lola Ferreira com o NIF 154415839, residente na rua dos Vidreiros, n.º 2,6, Vieira de Leiria, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- 1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;
- 2.- Executar a totalidade dos trabalhos necessários à correta conclusão da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**4 - REQ. N. 228/14, DATADO DE 14/02/2014 – PC N.º 261/13, DATADO DE 08/08/2013  
– ANA CATARINA BARROCA BATISTA E SUSANA MARGARIDA BARROCA BATISTA**

204 - Presente pedido de licenciamento referente à legalização de anexo destinado a **garagem**, no prédio sito em Rua da Juventude, n.º 72, lugar de Picassinós, freguesia de Marinha Grande, registado Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 15033, inscrito na matriz urbana sob o n.º 8036 e na matriz rústica sob o n.º 2083, com o processo n.º 261/13, com data de entrada de 2013/08/08, apresentado por **ANA CATARINA BARROCA BATISTA**, com o NIF 221723773, e por **SUSANA MARGARIDA BARROCA BATISTA**, com o NIF 214835138, residentes em rua da Juventude, n.º 72, lugar de Picassinós, freguesia de Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 2013/08/14;

Presentes projeto de estabilidade e elementos instrutórios do processo.

Presentes pareceres técnicos, datados de 2014/02/24 e de 2014/02/27, que atestam encontrar-se, o processo, em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido de licenciamento referente à legalização de anexo destinado a garagem no prédio sito em Rua da Juventude, n.º 72, lugar de Picassinós, freguesia de Marinha Grande, registado Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 15033, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 8036 e na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2083, da freguesia de Marinha Grande, com o processo n.º 261/13, com data de entrada de 2013/08/08, apresentado por ANA CATARINA BARROCA BATISTA, com o NIF 221723773, e por SUSANA MARGARIDA BARROCA BATISTA, com o NIF 214835138, residentes em Rua da Juventude, n.º 72, lugar de Picassinós, freguesia de**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 06 e 07/03/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 06

**Marinha Grande, com projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada em reunião datada de Câmara de 2013/08/14 e considerando os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo.**

**Mais delibera informar as requerentes que nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**5 - REQ. N. 218/14, DATADO DE 12/02/2014 – PC N.º 380/13, DATADO DE 15/10/2013 – ARMÉNIO DOS PRAZERES BATISTA**

205 - Presente pedido com o registo n.º 218/14, datado de 13/02/2014, relativo à apresentação dos projetos de especialidade referentes à **ampliação de um pavilhão industrial**, sito na Rua das Andorinhas, n.º 23, Lameira de Picassinos, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 10263 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19596-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 380/13, com data de entrada de 15/10/2013, apresentado por **Arménio dos Prazeres Batista**, com o NIF 153 403 217, residente na Rua das Andorinhas, n.º 23, Lameira de Picassinos, freguesia e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 9/01/2014;

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro.

Presente informação técnica, datada de 27/02/2014, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 27/02/2014, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

**Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de licenciamento relativo à ampliação de um pavilhão industrial, sito na rua das Andorinhas, n.º 23, Lameira de Picassinos, Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 10263 e**

inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19596-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 380/13, com data de entrada de 15/10/2013, apresentado por Arménio dos Prazeres Batista, com o NIF 153 403 217, residente na rua das Andorinhas, n.º 23, Lameira de Picassinós, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 - Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N. 319/13 , DATADO DE 05/03/2013 – PC N.º 176/08 , DATADO DE 05/05/2007 – ARMÉNIO ANGELINO HENRIQUES

206 - Presentes requerimentos, com registo de entrada n.º 1437/08 e n.º 319/13, datados de 2008/05/05 e de 2013/03/05, respetivamente, processo n.º 176/08, a solicitar o licenciamento de obra de alteração e ampliação de uma moradia (legalização), sita na Rua do Bico n.º 60, lugar de Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 07725 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 12697, apresentado por ARMÉNIO ANGELINO HENRIQUES, com o NIF 127218408, residente na Rua do Bico n.º 60, lugar de Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 2014/02/25, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a ser aprovado.

Após análise do pedido de licenciamento de obra de alteração e ampliação de uma moradia (legalização), sita na Rua do Bico n.º 60, lugar de Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 07725 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 12697, com o n.º de processo 176/08, apresentado por ARMÉNIO ANGELINO HENRIQUES, com o NIF 127218408, residente na Rua do Bico n.º 60, lugar de Garcia, freguesia e concelho de



Marinha Grande, bem como do parecer técnico de 2014/02/25, a Câmara Municipal delibera notificar o requerente, nos termos do artigo 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos do n.º 1, alínea a) do artigo 24.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, por o projeto de arquitetura violar normas regulamentares aplicáveis, nomeadamente por:

1- O projeto apresentar índice de construção bruto superior a 0,25, valor fixado no n.º 10 do Artigo 5.º Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande – PDMMG, para o aglomerado urbano da Garcia, onde se situa o prédio.

2- Não ter sido completada a instrução da operação urbanística requerida com os elementos descritos nas alíneas f), h), n) e o) do n.º 1, alíneas a), b), c) e d) do n.º 3 e alíneas b) e h) do n.º 4 do n.º 11.º da Portaria n.º 232/2008, de 11 de março, devidamente elaborados, tal como comunicado pelos ofícios n.º 980/09, de 2009/06/18 e n.º 84/13, de 2013/01/24, nomeadamente:

- Projeto de arquitetura devidamente elaborado, que, entre outros, contenha desenhos de sobreposição e da situação final, comparativamente ao projeto aprovado – PC n.º 968/1981, tal como previsto na alínea a) do artigo 64.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande – RMEUMMG;

- Estimativa de custos total da obra assente na descrição, áreas e valores de referência constantes no Quadro XIX do RMEUMMG, com o valor atualizado pela Portaria n.º 291/2011, de 4 de novembro;

- Termos de responsabilidade subscritos pelo autor do projeto elaborado nos termos do anexo I da Portaria n.º 232/2008, de 11 de março;

- Termo de responsabilidade do coordenador dos projetos que ateste a compatibilidade entre os mesmos, de acordo com o n.º 1 do artigo 10.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;

- Ficha com os elementos estatísticos, devidamente preenchida com os dados referentes à operação urbanística a realizar;

- Planta de implantação desenhada sobre levantamento topográfico à escala de 1:200 ou superior, incluindo o arruamento de acesso, com indicação das dimensões e área do terreno, áreas impermeabilizadas e respetivo material, com cotas altimétricas e planimétricas, contendo a delimitação do prédio na sua totalidade, a implantação do edifício projetado, incluindo corpos balanceados, escadas, varandas, cotados em relação às extremas, as construções existentes, maciços arbóreos, indicação dos lugares de estacionamento, sempre que estes não sejam criados no interior do edifício, indicação da localização dos contadores ou baterias de contadores e recetáculos postais, inscrição de todas as confrontações e ainda as condicionantes existentes, designadamente linhas de água e infraestruturas;

- Plantas à escala 1:50 ou 1:100 contendo as dimensões e áreas e usos de todos os compartimentos, corretamente cotadas, incluindo cotas de nível dos pavimentos, bem como a representação do mobiliário fixo e equipamento sanitário, ao nível de cada piso,

incluindo aproveitamento dos forros e outros espaços não habitáveis, sempre que se preveja o acesso aos mesmos. A Planta da Cobertura, deverá indicar, conforme os casos, tubos de ventilação de instalações sanitárias, tubos de ventilação do sistema de esgotos, tubo de queda de drenagem de águas pluviais, fugas e material empregue nas chaminés e escadas de acesso, se as houver;

- Alçados à escala de 1:50 ou de 1:100 com a indicação das cores e dos materiais dos elementos que constituem as fachadas e a cobertura, bem como as construções adjacentes;

- Cortes longitudinais e transversais à escala 1:200, na perpendicular ao arruamento ou arruamentos de acesso à construção, indicando a cota do eixo desses arruamentos, do passeio, se o houver, da soleira e dos vários pisos. A tracejado será indicado o perfil natural do terreno ;

- Cortes longitudinais e transversais à escala 1:200, na perpendicular ao arruamento ou arruamentos de acesso à construção, devidamente cotado, indicando a cota do eixo desses arruamentos, do passeio, se o houver, da soleira e dos vários pisos. A tracejado deve indicar o perfil natural do terreno;

- Cortes longitudinais e transversais à escala 1:50 ou 1:100 devidamente cotado, abrangendo o terreno, com indicação do perfil existente e o proposto, bem como das cotas dos diversos pisos;

- Alçados à escala 1:50 ou 1:100 com a indicação das cores e dos materiais dos elementos que constituem as fachadas e a cobertura, bem como as construções adjacentes, quando existam, na extensão de pelo menos 5,00m;

- Memória descritiva e justificativa contendo o enquadramento da pretensão no plano municipal de ordenamento do território vigente – PDMMG, e ainda a área de construção de construção, volumetria, área de implantação, cêrcea e número de pisos e tipologia;

A Câmara Municipal delibera ainda informar que:

1- O prédio delimitado em planta de localização, à escala 1/2000, encontra-se abrangido por plano municipal de ordenamento do território vigente (PDMMG), inserindo-se:

a) Parcialmente, cerca de 850 m<sup>2</sup>, no Aglomerado Urbano da Garcia, em espaço urbanizável, que, de acordo com o n.º 10 do artigo 5º do Regulamento do PDMMG, prevê os seguintes indicadores urbanísticos para o local:

Densidade habitacional máxima – 20 f/ha;

Índice de construção bruto – 0.25;

Cêrcea máxima – 2 pisos ou 6.5 m de altura;

Estacionamento – 1 lugar/1fogo para habitação;

- 1 lugar/100 m<sup>2</sup> de área coberta para comércio e serviços.

b) Parcialmente, toda a restante área do prédio, em Espaço Agro-Florestal, cuja edificabilidade se rege pelo disposto nos artigos 11º e 14º do regulamento do PDMMG, que se passa a transcrever:

*“Art.º 11*

*Da Edificabilidade*

*1. Nas áreas não urbanizáveis, sem prejuízo das condicionantes associadas a cada área nomeadamente RAN e REN e para além dos casos previstos no artigo anterior e nas áreas de habitat disperso previstas no artigo seguinte os quais se regem pelas*

*disposições expressas, somente será licenciada a edificação quando esta for destinada à habitação e estiver vinculada à atividade agrícola, ou florestal ou de apoio às infraestruturas, e nas seguintes condições:*

- a) Só é permitida a edificação de habitação em parcelas de cadastro com a dimensão igual ou superior a 0.5 ha.*
- b) As novas construções destinadas à habitação terão uma área máxima variável entre 200 e 300 m2 consoante a dimensão da propriedade nos seguintes termos:*

<i>Dimensão da Propriedade</i>	<i>Área máxima de construção</i>
<i>0.5 ha a 5 ha</i>	<i>200 m2</i>
<i>superior a 5 ha</i>	<i>300 m2</i>

*c) Os edifícios de apoio às atividades agrícolas e florestais, sem prejuízo das limitações associadas a cada área regem-se pelo disposto na alínea anterior.*

*2. As construções de novos edifícios nas áreas não urbanizáveis ficam sujeitas às seguintes prescrições de ordem geral:*

- a) O afastamento mínimo dos edifícios, assim como quaisquer instalações de retenção ou depuração de efluentes (fossas sépticas, etc.) aos limites da parcela é de 15 metros;*
- b) O abastecimento de água, a drenagem de esgotos e as infraestruturas elétricas deverão ser resolvidas por sistema autónomo, salvo se o interessado custear a totalidade das despesas com a extensão das redes públicas;*
- c) As construções de novos edifícios nas áreas não urbanizáveis não poderão exceder os dois pisos para habitação e um piso para os anexos agrícolas;*
- d) Nas construções com dois pisos, a área de pavimento do piso superior não poderá exceder 60% da área de pavimento do piso térreo ou piso inferior;*
- e) Excetuam-se destas duas últimas disposições os silos, depósitos de água e instalações especiais tecnicamente justificadas.*

*Art.º 14*

*Espaços Agro-Florestais*

*1. Os espaços agro-florestais identificados na carta de ordenamento do Concelho correspondem a áreas cujos solos consoante a sua capacidade de uso, poderão Ter utilização agrícola, florestal ou de pastorícia e avícola;*

*2. Nestes espaços é admitido, como atividade complementar a caça.*

*3. Carecem de licença da Câmara Municipal:*

- a) As ações de destruição do revestimento vegetal que não tenham fins agrícolas ou florestais;*
- b) As ações de aterro ou escavação que conduzam à alteração do relevo natural e das camadas de solo arável.*

*4. As construções a licenciar deverão apoiar-se em acessos ou caminhos existentes e serem autónomas em relação ao abastecimento de água e drenagem de esgotos, salvo se o titular custear a totalidade das despesas com extensão das redes públicas."*

*2- O aditamento apresentado pelo requerimento n.º 319/13 de 2013/03/05 não contém qualquer esclarecimento quanto à diferença entre a área do prédio delimitado na planta*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 06 e 07/03/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 06

de localização, à escala 1/2000 (cerca de 1.558 m<sup>2</sup>) e a área do prédio descrito na certidão da Conservatória do Registo Predial (1.750 m<sup>2</sup>).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**7 - REQ. N. 555/13, DATADO DE 16/04/2013 – PC N.º 99/13, DATADO DE 16/04/2013 – AFONSO DE JESUS CAMINHO**

207 - Presente pedido de licenciamento de construção de barracão agrícola, apresentado por Afonso de Jesus Caminho, com o NIF 193487489, residente na Rua do Bico, n.º 63, lugar de Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, a levar a efeito no prédio urbano com a área de 8.794,00 m<sup>2</sup>, sito na Rua do Bico, lugar de Garcia, na freguesia e concelho da Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 10.766, omissa na matriz predial;

Presentes pareceres técnicos datados de 01/10/2013 e 14/10/2013 que atestam não se encontrar o pedido em condições de merecer aprovação por apresentar incompatibilidade com o Plano de Pormenor da Garcia, em elaboração;

Presente parecer dos serviços de fiscalização datado de 15/11/2013, elaborado na sequência do determinado na reunião de Câmara de 31/10/2013, da qual o presente processo foi retirado para se verificar se a construção objeto do pedido se encontrava já erigida.

Após analisar o pedido de licenciamento de construção de barracão agrícola, a levar a efeito no prédio urbano com a área de 8.794,00 m<sup>2</sup>, sito na Rua do Bico, lugar de Garcia, na freguesia e concelho da Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 10.766, omissa na matriz predial, apresentado por Afonso de Jesus Caminho, com o NIF 193487489, residente na Rua do Bico, n.º 63, lugar de Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como os pareceres técnicos que sobre ele recaíram, a Câmara Municipal delibera NOTIFICAR o requerente, nos termos do artigo 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, nos termos do n.º 1, alínea a) do artigo 24.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, por o projeto de arquitetura violar normas regulamentares aplicáveis, nomeadamente por o prédio em questão estar inserido no perímetro do aglomerado urbano da Garcia na área de intervenção do Plano de Pormenor da Garcia, em fase de elaboração, e a proposta para a implantação do barracão agrícola colidir com arruamento previsto no Plano de Pormenor.

Informar ainda, que o projeto de indeferimento poderá ser revisto se o pedido de licenciamento for reformulado de modo a que preveja que construção seja implantada próxima à extrema sul do prédio, distando cerca de 3 m dessa extrema, e, tal como no

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada nos dias  
06 e 07/03/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 06

presente pedido, se apresente paralela ao arruamento existente (Rua do Bico) com afastamento ao eixo do arruamento idêntico ao agora proposto (15 m).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**8 - REQ. N. 2022/13, DATADO DE 10/12/2013 – PC N.º 416/13, DATADO DE 31/10/2013 – TELMO GOMES**

208 - Presente processo n.º 416/13, referente a pedido de licenciamento de alterações efetuadas na moradia, bem como o licenciamento (legalização) de obra de construção de anexo de apoio da habitação, sita na Rua Maria Vitória, n.º 15, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio com 1070 m2, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1962 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19730, apresentado por **TELMO GOMES**, com o NIF 115233920, residente na Rua Carlos de Jesus Vareda, n.º 30, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico, datado de 2013/12/19, que refere que o projeto de arquitetura não se encontra apto a ser aprovado.

Presente informação técnica, datada de 2014/02/21, que refere não ter sido apresentado pelo interessado qualquer alegação no prazo concedido em sede de audiência prévia.

Após análise do pedido de licenciamento de alterações efetuadas na moradia, bem como o licenciamento (legalização) de obra de construção de anexo de apoio da habitação, sita na Rua Maria Vitória, n.º 15, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio com 1070 m2, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1962 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19730, com processo n.º 416/13, apresentado por **TELMO GOMES**, com o NIF 115233920, residente na Rua Carlos de Jesus Vareda, n.º 30, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, bem como da informações técnicas de 2013/12/19 e 2014/02/01, e uma vez que o interessado, depois de devidamente notificado em sede de audiência prévia, nada alegou, a Câmara Municipal delibera INDEFERIR a pretensão, nos termos do n.º 1, alínea a) do artigo 24.º Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico de Urbanização e da Edificação – RJUE, por o projeto de arquitetura prever uma cobertura com telha em chapa de fibrocimento sendo que a “telha de fibrocimento” contém fibras de amianto, substância proibida pelo n.º 16.I do anexo I do Decreto-Lei n.º 264/98, de 19 de agosto, na redação do Decreto-Lei n.º 101/2005, de 23 de junho.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**9 - REQ. N. 161/14, DATADO DE 31/01/2014 – PC N.º 383/13, DATADO DE 16/10/2013 –  
ANTÓNIO XAVIER VIEIRA PEDRO**

209 - Presente requerimento com o registo de entrada n.º 161/14, datado de 2014/01/31, constante do processo camarário n.º 383/13, inerente ao pedido de licenciamento da “**Legalização da alteração/ampliação de moradia unifamiliar existente**”, no prédio urbano sito na Rua Popular, n. 24, lugar de Picassinos, freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19635 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19625-P, da freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, apresentado por **ANTÓNIO XAVIER VIEIRA PEDRO**, com o NIF n.º 159435145, residente na Rua Popular, n.º 24, lugar de Picassinos, freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande.

Presente deliberação camarária datada de 2014/01/09, pela qual foi concedido ao requerente, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, o prazo de 15 dias para se pronunciar sobre o motivo subjacente à proposta de indeferimento da pretensão.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2014/02/18, que refere que o projeto de arquitetura apresentado não se encontra apto a ser aprovado.

**Analisada a pretensão, bem como o referido parecer técnico que propõe o indeferimento do pedido, pelo facto dos elementos entregues em sede de audiência prévia, não terem vindo sanar as questões que motivaram a proposta de indeferimento que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal, concordando com os fundamentos de facto e de direito dele constante, delibera INDEFERIR o pedido de licenciamento referente à “Legalização da alteração/ampliação de moradia unifamiliar existente”, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua Popular, nº. 24, lugar de Picassinos, freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 19635 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19625-P da freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, apresentado por ANTÓNIO XAVIER VIEIRA PEDRO, com o NIF n.º 159435145, residente na Rua Popular, nº. 24, lugar de Picassinos, freguesia de Marinha Grande, concelho de Marinha Grande, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art. 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, por violar normas legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente a alínea a) do art. 64.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, ao não apresentar “...os desenhos de sobreposição e da situação final...”, contendo as cotas altimétricas do piso, em correspondência com cotas altimétricas constantes no levantamento topográfico e com a realidade verificada no local.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**10 - REQ. N. 1497/11, DATADO DE 22/07/2011 – PC N.º 296/11, DATADO DE 22/07/2011  
– FERNANDO DO ROSÁRIO DA CRUZ NETO**

210 - Presente requerimento n.º 1497/11, datado de 2011/07/22, constante do processo camarário n.º 269/11, subscrito por **FERNANDO DO ROSÁRIO DA CRUZ NETO** e outro, NIF n.º 177354585, residente na Rua dos Francos, n.º 21, lugar de Amieira, freguesia de Marinha Grande, referente ao *“Pedido de emissão de certidão de destaque de parcela”*, a incidir sobre um prédio rústico sito no lugar de Amieira, freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 15168 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2960 da freguesia de Marinha Grande.

Presente deliberação camarária datada de 2013/12/12, pela qual foi concedido ao requerente, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, o prazo de 15 dias para se pronunciar sobre o motivo subjacente à proposta de indeferimento da pretensão.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2014/02/20, propondo o indeferimento da pretensão, visto a área da parcela remanescente (2305m2), resultante da operação de destaque pretendida, não garantir a área correspondente à unidade mínima de cultura fixada para a região, estipulada pela Portaria n.º 202/70, de 21 de abril, ou seja a área de 2 (ha) tratando-se de terrenos de regadio com culturas arvenses e terrenos de sequeiro, e de 0,5 (ha) tratando-se de terrenos de regadio com culturas hortícolas.

**Analisada a pretensão, bem como o referido parecer técnico que propõe o indeferimento do pedido, pelo facto do requerente nada ter vindo a alegar, em sede de audiência prévia, acerca das questões que motivaram a proposta de indeferimento que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal, concordando com os fundamentos de facto e de direito dele constante, delibera INDEFERIR o “Pedido de emissão de certidão de destaque de parcela”, a incidir sobre um prédio rústico sito no lugar de Amieira, freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 15168 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2960 da freguesia de Marinha Grande, com o número**

**de processo 269/11, apresentado por FERNANDO DO ROSÁRIO DA CRUZ NETO e outro, NIF n.º 177354585, residente na Rua dos Francos, n.º 21, lugar de Amieira, freguesia de Marinha Grande, dado a operação de destaque pretendida, não verificar a condição referida na alínea b) do n.º 5 do art. 6.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, visto a área da parcela remanescente (2305m2), não garantir a área correspondente à unidade mínima de cultura fixada para a região, estipulada pela Portaria n.º 202/70, de 21 de abril, ou seja a área de 2 (ha) tratando-se de terrenos de regadio com culturas arvenses e terrenos de sequeiro, e de 0,5 (ha) tratando-se de terrenos de regadio com culturas hortícolas.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 06 e 07/03/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 06

**11 - REQ. N. 1027/13, DATADO DE 08/07/2013 – PC N.º 207/13, DATADO DE 08/07/2013 – JAIME PEDRO DA COSTA MANSO**

211 - Presente requerimento n.º 1027/13, datado de 08/07/2013, constante do processo camarário n.º 207/13, subscrito por **JAIME PEDRO DA COSTA MANSO**, com o NIF 103081194, residente na Rua Paulo VI, Lote 25, lugar de Pousos, Leiria, referente ao *“Pedido de emissão de certidão de destaque de parcela”*, a incidir sobre um prédio sito no lugar de Eirinhas - Palhão, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 1614 e inscrito na matriz predial urbana sob os artigos n.º 3687 e n.º 3688 da freguesia de Vieira de Leiria.

Presente despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal datado de 2013/09/26, pelo qual foi concedido ao requerente, em sede de audiência prévia, nos termos dos artigos 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo, o prazo de 15 dias para se pronunciar sobre o motivo subjacente à proposta de indeferimento da pretensão.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 03/03/2014, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para apresentar as alegações que entendesse pertinentes, face aos fundamentos que conduziram à proposta de indeferimento.

**Analisada a pretensão, bem como o referido parecer técnico, datado de 27/08/2013, que propõe o indeferimento do pedido, e face ao termino do prazo concedido sem que requerente nada tenha vindo a alegar, em sede de audiência prévia, acerca das questões que motivaram a proposta de indeferimento que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal, concordando com os fundamentos de facto e de direito dele constante, delibera INDEFERIR o *“Pedido de emissão de certidão de destaque de parcela”* de terreno com a área de 311,00 m2, do prédio com 619,00 m2, descrito na Conservatória do Registo Civil, Predial de Marinha Grande sob o n.º 1614, e inscrito na matriz predial urbana sob os artigos n.º 3687 e n.º 3688, situado em Eirinhas - Palhão, freguesia de Vieira de Leiria, concelho da Marinha Grande, por violar normas legais e regulamentares, nomeadamente as condições para destaque nas áreas situadas fora dos perímetros urbanos, descritas nas alíneas a) e b) do n.º 5 do artigo 6º do RJUE e violar o artigos 15º e o artigo 30º do PDMMG, por o prédio assinalado na planta 1:2000 se situar em área não urbanizável, em espaços florestais de proteção e Reserva Agrícola Nacional – RAN.**

Mais deliberou informar que no pedido não foram indicada as áreas de construção dos edifícios existentes, nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 6º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande – RMEUMMG – na redação atual, tão pouco é indicado o número do processo camarário existente, bem como outros elementos que possibilitem a sua referência por parte dos serviços camarários.

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**



Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada nos dias  
06 e 07/03/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 06

**12 - REQ. N. 279/14, DATADO DE 24/02/2014 – PC N.º 27/13, DATADO DE 23/01/2013**  
**– BANCO ESPIRITO SANTO, S.A**

212 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 279/14 de 24/02/2014, apresentado por BANCO ESPIRITO SANTO, S.A., com o NIPC 500852367, com sede na Avenida Almirante Gago Coutinho, n.º 26, 6.º dt.º, freguesia de Alto do Pina e concelho de Lisboa, a solicitar a autorização de utilização para o edifício objeto de obras de alteração e ampliação licenciadas no âmbito do processo n.º 27/13.

Presente parecer técnico datado 27/02/2014, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, por se tratar de obras legalizadas.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua Joaquim Marques Nobre, n.º 10, , freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de BANCO ESPIRITO SANTO, S.A., com o NIPC 500852367, com sede na Avenida Almirante Gago Coutinho, n.º 26, 6.º dt.º, freguesia de Alto do Pina e concelho de Lisboa, com a seguinte composição:**

**1) Membros efetivos**

**Engenheiro Rui Vicente**

**Arquiteto Alexandre Fava**

**Fiscal Álvaro Letra**

**2) Membros suplentes**

**Engenheiro Jorge Junqueira**

**Arquiteto Ricardo Santos**

**Fiscal Nuno Fernandes**

**Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**13 - REQ. N. 267/14, DATADO DE 21/02/2014 – PC N.º 107/11, DATADO DE 29/03/2011– EMILIA MARIA ALEXANDRE CANTANTE**

213 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 267/14 de 21/02/2014, apresentado por Emília Maria Alexandre Cantante, com o NIF 192026704, com morada Travessa Central do Pilado, n.º 12, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício objeto de obras de alteração e ampliação licenciadas no âmbito do processo n.º 107/11.

Presente parecer técnico datado 27/02/2014, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e urbanização do Município da Marinha Grande, em vigor, por se tratar de obras legalizadas.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Travessa Central do Pilado, n.º 12, lugar de Pilado, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Emília Maria Alexandre Cantante, com morada na Travessa Central do Pilado, n.º 12, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:**

**1) Membros efetivos**

**Engenheiro Rui Vicente**

**Arquiteto Alexandre Fava**

**Fiscal Álvaro Letra**

**2) Membros suplentes**

**Engenheiro Jorge Junqueira**

**Arquiteto Ricardo Santos**

**Fiscal Nuno Fernandes**

**Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**14 - REQ. N. 242/14, DATADO DE 18/02/2014 – PC N.º 98/06, DATADO DE 14/02/2006 – GONÇALO JOSÉ RIBEIRO SILVA GOMES**

214 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 242/14 de 18/02/2014, apresentado por Gonçalo José Ribeiro Silva Gomes, com o NIF 166360481, com morada na Rua de Leiria, n.º 166, lugar de Embra, Freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 98/06.

Presente parecer técnico datado 27/02/2014, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista no n.º 5 do artigo 65.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, em virtude de ter sido efetuada vistoria anterior e terem sido executadas obras na sequência da verificação da existência de desconformidades com o projeto aprovado.

**A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do n.º 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito no Bairro José Gomes, n.º 36, Freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de Gonçalo José Ribeiro Silva Gomes, com morada na Rua de Leiria, n.º 166, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:**

**1) Membros efetivos**

**Engenheiro Rui Vicente**

**Arquiteto Alexandre Fava**

**Fiscal Álvaro Letra**

**2) Membros suplentes**

**Engenheiro Jorge Junqueira**

**Arquiteto Ricardo Santos**

**Fiscal Nuno Fernandes**

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**15 - REQ. N. 288/14, DATADO DE 26/02/2014 – PC N.º 172/12, DATADO DE 19/06/2012**  
**– JOANA RITA ANDRÉ CUSTÓDIO**

215 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 288/14 de 26/02/2014, apresentado por Joana Rita André Custódio, com o NIF 217429165, com endereço na Rua da Cavadinha, n.º 8, Freguesia de Moita, Município de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 172/12. Presente parecer técnico datado 27/02/2014, bem como despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 65.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09,

face aos elementos constantes do pedido, nomeadamente, o livro de obra e o termo de responsabilidade do técnico diretor de obra.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito na Rua 23 de Outubro, lugar de Moita, Freguesia de Moita e concelho de Marinha Grande, propriedade de Joana Rita André Custódio, com endereço em Rua da Cavadinha, n.º 8, freguesia de Moita, concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

1) **Membros efetivos**

Engenheiro Rui Vicente  
Arquiteto Alexandre Fava  
Fiscal Álvaro Letra

2) **Membros suplentes**

Engenheiro Jorge Junqueira  
Arquiteto Ricardo Santos  
Fiscal Nuno Fernandes

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**16 - REQ. N. 2591/09, DATADO DE 02/10/2009 – PC N.º 152/08, DATADO DE 18/04/2008 – NELSON EDGAR GOMES PEREIRA**

216 - Presente pedido de licenciamento referente à **obra de construção de anexos**, a que foi atribuído o número de processo 152/08, incidente sobre o prédio sito em Tojeiras, Lugar de Garcia, Freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 15.465 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18.141, da referida freguesia de Marinha Grande, apresentado por **Nelson Edgar Gomes Pereira**, com o NIF 220088713, residente na Rua do Rego, n.º 11, Lugar de Garcia, Freguesia e Concelho de Marinha Grande, aprovado por deliberação camarária tomada na reunião de 26/11/2009.

Presente informação técnica datada de 03/03/2014, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declarar a caducidade da licença.

Considerando que:

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 26/11/2009, foi deferido o pedido de licenciamento da obra de **construção de anexos**, a que foi atribuído o número de processo 152/08, localizado num prédio sito em Tojeiras, Lugar de Garcia, Freguesia de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 15.465 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18.141, da referida freguesia de Marinha Grande;

-O titular do processo de licenciamento nº 152/08, **Nelson Edgar Gomes Pereira**, com o NIF n.º 220088713, residente na Rua do Rego, n.º 11, Lugar de Garcia, Freguesia e Concelho de Marinha Grande, foi regularmente notificado pelo ofício nº 13/14, datado de 10/01/2014, rececionado em 14/01/2014, para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre o projeto de decisão de declaração de caducidade do respetivo pedido de licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará;

-Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja, até 04/02/2014;

- Durante este prazo o titular do processo nada alegou;

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de um ano previsto no nº 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual –RJUE, sem que o titular do processo nº 152/08, Nelson Edgar Gomes Pereira, tenha solicitado a emissão do respetivo alvará, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo nº 5 do referido artigo 71.º do RJUE, **DELIBERA DECLARAR A CADUCIDADE** do licenciamento referente à obra de construção de anexos, incidente sobre um prédio sito em Tojeiras, Lugar de Garcia, Freguesia de Marinha Grande, ao abrigo do referido no nº 2 do mesmo artigo e diploma.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - REQ. N. 2104/13, DATADO DE 27/12/2013 – PC N.º 447/06, DATADO DE 11/07/2006 – HOTÉIS CRISTAL - EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.

Pelas razões que tinha declarado, o **Sr. Vereador Paulo Vicente** ausentou-se da reunião.

O **Sr. Presidente** referiu que está disponível para se reunir com o Dr. Almeida Gomes, questionando qual o mandato que os Srs. Vereadores lhe dão para as negociações.

O **Sr. Vereador Luiz Branco** entende que deve ser negociada a questão das taxas.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** declarou o seguinte:

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 06 e 07/03/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 06

*“Conforme minha proposta entendo que o Sr. Presidente da Câmara deve encetar as devidas diligências para a resolução deste assunto. Penso que se deverão salvaguardar os interesses do munícipe acautelando os interesses da Câmara Municipal e o cumprimento da legalidade.”*

Os Srs. Vereadores António Santos, Aurélio Ferreira e Luiz Branco subscreveram aquilo que o Sr. Vereador Vítor Pereira declarou.

O **Sr. Presidente** efetuou de imediato a marcação da reunião com o interessado, realizando-se a mesma amanhã, dia 07/03/2014, às 09:00 horas. Depois da reunião comunicará a todos o resultado. Até lá a decisão sobre este ponto da ordem de trabalhos ficará em suspenso.

**18 - REQ. N. 1293/13, DATADO DE 18/09/2013 – PC N.º 280/13, DATADO DE 18/09/2013 – SÃO SILVESTRE – ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DA MOITA**

217 - Presente pedido, datado de 19-08-2013, apresentado por SÃO SILVESTRE – ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DA MOITA, com sede na Rua Figueira do Gomes, 4 CV, freguesia da Moita, concelho de Marinha Grande, titular do processo de licenciamento de uma construção destinada a lar, centro de dia e apoio domiciliário, a solicitar a isenção do pagamento de taxas, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 119.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande. Presente informação jurídica sobre o assunto datada de 21-02-2014.

**A Câmara Municipal analisou o pedido apresentado por São Silvestre – Associação de Solidariedade Social da Moita, com sede na Rua Figueira do Gomes, 4 CV, freguesia da Moita, concelho de Marinha Grande, titular do processo de licenciamento de uma construção destinada a lar, centro de dia e apoio domiciliário, a solicitar a isenção do pagamento de taxas, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 do artigo 119.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), bem como o parecer jurídico emitido sobre o assunto e considerando que:**

- A requerente é uma instituição particular de solidariedade social – Artigo 1.º dos Estatutos da associação;
- A associação foi constituída através de escritura pública, celebrada no dia 11-06-2004, e devidamente publicitada em Diário da República – III série, n.º 92- 12 de maio de 2005, pelo que é uma entidade legalmente constituída;
- A pretensão (licenciamento de lar) visa a prossecução dos objetivos da citada associação, uma vez que estes consistem, entre outros, no apoio à população idosa – artigo 2.º dos citados estatutos;
- A construção constitui um equipamento de relevante interesse público;

**DELIBERA, ao abrigo da alínea a) do n.º 2 e do 3 do artigo 119.º do RMEUMMG, reunidos que estão os requisitos previstos nas normas em causa, ISENTAR a referida associação**

do pagamento de todas as taxas devidas pelo licenciamento da referida operação urbanística.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**18-A - REQ. N. 244/14, DATADO DE 18/02/2014 – PC N.º 280/13, DATADO DE 18/09/2013 – SÃO SILVESTRE – ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DA MOITA**

218 - Presente pedido com o registo n.º 244/14, datado de 18/02/2014 relativo ao licenciamento de um edifício destinado a Lar, Centro de Dia e Unidade de Apoio Domiciliário, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob os n.os 1694 e1695. e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2341, da freguesia da Moita e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 280/13, com data de entrada de 19/08/2013, apresentado por **S. Silvestre Associação de Solidariedade Social da Moita**, com o NIPC 506 617 939, com sede na rua Figueira do Gomes, n.º 4 Cv, Moita, freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica, datada de 18/02/2014, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura apresentado em condições de ser deferido, com condicionalismos;

Presentes pareceres técnicos favoráveis da Administração Regional de Saúde (ARS), da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) e do Instituto de Solidariedade Social, IP (ISS IP);

**Após a análise do pedido, assim como dos pareceres técnicos que o acompanham com cujo teor e condicionalismos concorda, a Câmara Municipal delibera:**

**DEFERIR, nos termos do n.º 3 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, o pedido de aprovação do projeto de arquitetura relativo ao licenciamento de um edifício destinado a Lar, Centro de Dia e Unidade de Apoio Domiciliário, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob os n.os 1694 e1695. e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 2341, da freguesia da Moita e concelho da-Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 280/13, com data de entrada de 19/08/2013, apresentado por S. Silvestre Associação de Solidariedade Social da Moita, com o NIPC 506 617 939, com sede na rua Figueira do Gomes, n.º 4 Cv, Moita, freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:**

**1.- Apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, nos termos do n.º 4 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, dos seguintes elementos:**

**1.1.- Peças desenhadas retificadas que contemplem a correção da proposta de modo a solucionar as seguintes questões:**

- a) Os espaços de circulação exteriores ao edifício, incluídos nos arranjos exteriores, nomeadamente ao nível dos passeios, devem cumprir as normas legais aplicáveis quanto à sua largura, que deverá apresentar uma dimensão mínima livre de 1,5 m;
  - b) O acesso automóvel a partir da via pública deverá processar-se no ponto de menor conflito viário, afastado o mais possível do entroncamento com a rua da Machinha, cumprindo o disposto no artigo 39º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande e de uma forma que garanta a que as viaturas que entrem ou saiam do terreno o façam em condições mínimas de segurança, apresentando-se na perpendicular à via pública;
  - c) Deverá prever-se a criação de um passeio, ao longo da frente do terreno, que respeite o disposto no n.º 1.2.1. das normas técnicas para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada, publicadas em anexo ao Decreto-Lei 163/2006, de 8 de Agosto. Este passeio deve executar-se salvaguardando as gares de estacionamento existentes;
  - d) Deverão assegurar-se as dimensões mínimas para as zonas de manobra adjacentes às portas nas áreas de acesso aos quartos, de acordo com o disposto no n.º 4.9.6 das normas técnicas referidas na alínea anterior;
- 1.2. - Projetos de especialidade aplicáveis;
- 2.- Deverá garantir a execução dos trabalhos que se vierem a considerar como necessários à boa conclusão da obra, nomeadamente passeio ao longo da frente do terreno nos termos e com as características que decorram da planta de arranjos exteriores a aprovar pela Câmara Municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

#### **19 - NECESSIDADE DE PROMOVER A REABILITAÇÃO URBANA NO CENTRO DA MARINHA GRANDE**

**Antes da votação registaram-se as seguintes intervenções:**

O **Sr. Vereador Luiz Branco** apresentou o seu contributo sobre a reabilitação do centro histórico, cujo conteúdo se passa a reproduzir:

##### ***"CENTRO TRADICIONAL***

*Louvamos que haja alguma preocupação com o centro tradicional e que embora tenuemente se gize um documento com vista à sua revitalização.*

*Mas o documento agora apresentado não passa disso mesmo um papel de intenções mas que não acrescenta qualquer valor, que não indica uma única medida para minorar o abandono.*



*A tão propalada melhoria dos edifícios feitas nos últimos dez anos não passa disso mesmo senão vejamos*

*Uma dúzia de edifícios recuperados e quantas pessoas e negócios abandonaram o mesmo centro no mesmo espaço de tempo?*

*Não basta gastar milhões a fazer edifícios, e na câmara já temos obrigação disso saber, são anos a construir edifícios que se encontram fechados durante 365 dias por ano.*

*Portanto não é necessário construir mais.*

*Mas é urgente reparar o que está construído e para isso há que tomar medidas.*

*No plano estratégico do +Concelho temos diversas medidas que visam a reocupação do centro e dessa ocupação resultará a “re-habitação” do mesmo.*

*Perguntam mas alguém se vai mudar para casas sem condições quando pode usufruir de conforto em casas bem construídas na periferia?*

*A resposta é não, ninguém fará isso.*

*Então perante esta resposta como é que um qualquer senhorio vai gastar dinheiro a recuperar edifício se é para ficar fechado.*

*Mais uma vez a resposta: ninguém.*

*Então estamos num beco sem saída?*

*Não.*

*Desta reflexão surgiram algumas das nossas propostas, de que são exemplos a Rota dos Mercados e a Rota do Marquês.*

*Então tudo se resolve com Rotas*

*Claro que não.*

*Mas aquelas rotas têm como objectivo criar animação de rua regular em toda a extensão da zona histórica, animação que se desenvolve todas as semanas na Rota dos Mercados e durante um período do ano, todos os anos na Rota do Marquês.*

*Isto são as medidas suficientes e necessárias?*

*Não.*

*Paralelamente há que tomar medidas junto dos proprietários que se propuserem a reabilitar os seus imóveis isentando-os de taxas e impostos durante um período conforme o volume das obras produzidas.*

*Por outro lado agravando o IMI até ao valor máximo situação também prevista em lei e que está a ser usada noutros municípios para os proprietários que se recusem a proceder a obras de recuperação.*

*Mas não pode o município ficar apenas por aqui e tem de encontrar ocupações para esses edifícios. Exemplos*

- Residências de estudantes*
- Escritórios para empresas de serviços*
- Espaços para lojas*
- Etc.*

*Mas para que tudo isto funcione tem atrair para esta zona central actividades que de cá saíam. Exemplos:*

- Notários*
- Solicitadores*
- Consultórios médicos*
- Farmácias*
- Etc.*

*Ainda têm de ser tomadas medidas com vista à facilitação destas actividades.*

*Tem de ser revista a política de estacionamento pagos.*

*A circulação automóvel, embora limitada a velocidades baixas, tem de ser retomada em algumas ruas agora fechadas ao trânsito.*

*Estão fechadas de tal maneira que já ninguém sente o mínimo de segurança para por lá andar a pé.*

*E SE NÃO SE CIRCULA, ESTAMOS PERANTE UMA CIDADE FANTASMA, como aquelas do farwest onde eram rodados os filmes.*

*Há ainda no imediato, sempre que um edifício rui, forçar o proprietário a remover o entulhos reservar o espaço com tapumes seguros e condignos e também de imediato ocupar os espaços necessários para a dotação de passeios ou outras infra-estruturas públicas quando necessárias*

*Exemplo na rua da Pastelaria Saraiva onde há diversos anos ruiu um edifício todo o entulho por lá ficou, o espaço aberto, e falta construir passeio naquele local.*

*Não sendo esta minha intervenção uma proposta, bom seria que viesse a constituir como uma ajuda.*

*Relembro que no concelho há muitas ideias úteis para o seu desenvolvimento.”*

Sobre esta intervenção o **Sr. Vereador Paulo Vicente** referiu que parece que foi preciso chegar o + Concelho para se falar nestes assuntos, e quem aqui andou durante 40 anos não fez nada.

O **Sr. Vereador Luiz Branco** referiu que como alguns dos atos não são públicos apenas estão a contribuir para a sua resolução, acrescentando que esta sua posição não é de agora.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** acha bem este projeto, sempre foram críticos da situação, mas compreendem que nem tudo está nas mãos da Câmara, muitos outros concelhos têm o problema da desertificação urbana. Este trabalho é apenas um bom começo. Há um comércio antigo do centro histórico que é de muitos proprietários.

As considerações da intervenção do **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** são as que constam da declaração de voto que proferiu. Resumidamente, não concorda com uma ORU simples, entendendo que deverá ser uma ORU sistemática, porque o processo em causa é mais complexo e as sistemáticas são mais amplas e permitem outras ações.

O **Sr. Vereador António Santos** disse que há 4 anos que se debate com o problema do centro histórico. Enalteceu e elogiou e pediu que este seja o pontapé de saída e que não fique na gaveta, pelo que anunciou que o seu voto irá ser favorável.

A **Chefe da Divisão de Ordenamento do Território, Dr.ª Inês Marrazes**, esclareceu que aquilo que aqui está presente hoje não é o aprovar de uma ORU simples ou de uma ARU, mas apenas o assumir pela Câmara Municipal da necessidade de promover a Reabilitação Urbana dando início ao processo de elaboração de uma ARU/ORU simples.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** contestou que aquilo que aqui se está hoje a aprovar seja apenas o assumir pela Câmara Municipal da necessidade de estabelecer uma ARU - Área de Reabilitação Urbana, porque na proposta de deliberação está claramente mencionado que será assumido o início do processo formal de delimitação da ARU, mas afirma que se opta pela realização de uma ORU (Operação de Reabilitação Urbana) simples. Portanto em sua opinião fica hoje já deliberado que a ARU seja realizada por uma ORU simples, e não mais considerado a hipótese duma ORU sistemática.

O **Sr. Vereador Luiz Branco** disse que lhe parece que aquilo que interessa neste momento é a ORU simples, uma vez que já não há grandes carências de beneficiação de espaço público.

#### **Terminadas as intervenções, o Sr. Presidente pôs à votação a seguinte proposta:**

219 - Presente Informação da Chefe de Divisão de Ordenamento do Território datada de 28 de fevereiro de 2014, a qual refere os grandes desafios que se colocam na atualidade às nossas cidades, à reabilitação urbana e à criação de um ambiente urbano mais favorável para a satisfação das necessidades básicas dos cidadãos e das organizações.

Esses desafios exigem um compromisso por parte de todos os agentes implicados, públicos e privados, que permita canalizar as forças e os recursos numa direção comum de reabilitação efetiva das nossas cidades e dos seus centros históricos, por via de estratégias

e operações integradas de reabilitação centradas nas áreas verdadeiramente necessitadas e segundo uma gestão pró-ativa que simplifique os processos, rompa com as tradicionais barreiras à reabilitação e aproveite as oportunidades que os novos instrumentos e o mercado oferecem.

A reabilitação urbana constitui uma área de intervenção de grande importância no reavivar, requalificar e reinventar das funções da cidade. Trata-se por isso de um domínio de atuação abrangente que deve ser abordado tanto ao nível do casco edificado que compõe a paisagem construída como no domínio mais lato do tecido urbano no seu todo enquanto palco das relações económicas, sociais, culturais e ambientais que sustentam os seus frágeis equilíbrios.

Em conformidade com o estabelecido no artigo 7º. do D.L. nº.307/2009 de 23 de outubro, alterado e republicado pelo D.L. nº.32/2012 de 14 de Agosto, compete aos municípios a promoção da reabilitação urbana em áreas de reabilitação urbanas (ARU), resultando esta promoção da aprovação da delimitação de áreas de reabilitação urbanas e da operação de reabilitação urbana a desenvolver nas áreas identificadas através de instrumento próprio ou plano de pormenor.

**Analizada e discutida a informação técnica anexa, a Câmara reconhece a necessidade de promover a Reabilitação Urbana e delibera, iniciar o processo formal de delimitação da ARU – Área de Reabilitação Urbana através de instrumento próprio para a reabilitação urbana do Centro da Marinha Grande, optando pela realização de uma Operação de Reabilitação Urbana simples.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Necessidade de promover a reabilitação urbana no centro da Marinha Grande*

*Uma vez mais lamento que um assunto tão importante, o fundamental para o coração da cidade e para muitos marinhenses, nos seja entregue com dois dias de análise e contribuição, com o Carnaval no meio. A insistente postura do executivo permanente da camara, denota uma atitude redutora na participação de todos os membros do executivo, desperdiçando o contributo que poderia ser uma mais valia para a Marinha Grande em geral e para a Camara em particular. Só teriam a ganhar com isso, podendo ouvir, partilhar e ganhar uma maior dinâmica.*

*É demasiado redutor escolher para o centro da Marinha Grande a operação de reabilitação urbana (ORU) simples em detrimento da Sistemática, porque as ORU SISTEMATICAS são bastante mais amplas, permitem servidões, expropriações, venda forçada e reestruturação de propriedade, que não podem ser utilizados nas ORU SIMPLES.*

*Por estas razões, entendo que escolhendo a ORU simples é um erro e devia ser escolhida a ORU sistemática que permite promover a reabilitação urbana no centro da Marinha Grande, encontrando-se soluções para requalificar e revitalizar o tecido urbano, potenciando as infraestruturas, os equipamentos e os espaços verdes e urbanos de utilização colectiva, associada a um programa de investimento público.*

*Deste modo, considerando a importância da reabilitação urbana do centro da Marinha Grande, voto a favor da solução apresentada embora a mesma não corresponda ao que a nossa cidade precisa.*

*Marinha Grande, 6 de Março 2014*

*O Vereador  
Aurélio Ferreira”*

**O Sr. Vereador Vítor Pereira proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Voto favoravelmente após a discussão estabelecida neste executivo, porque, apesar de algumas dúvidas iniciais, por entender que a ORU simples é aquela que melhor se adequa tendo em consideração que se dirige à edificação do edificado num quadro articulado de coordenação e apoio da respetiva execução.*

*Estou convicto que é a melhor solução. Embora não existam soluções perfeitas, esta é, em meu entender, a melhor.”*

**O Sr. Vereador Paulo Vicente proferiu a seguinte declaração de voto, também subscrita pelo Sr. Presidente da Câmara:**

*“Votámos favoravelmente esta proposta que apresentámos porque ela representa o princípio daquilo que todos nós pretendemos para o centro tradicional da nossa cidade. Invocar-se manobras dilatórias processuais é fruto de quem objetivamente não quer ver resolvidos os problemas prementes do concelho.”*

**20 - PRÉDIO DEGRADADO – DERROCADA PARCIAL PARA A VIA PÚBLICA – RUA DO AÇUDE, ALBERGARIA - PROTEÇÃO DA SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS – PROPRIETÁRIO: LUIS DUARTE SANTOS - FALTA DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO – VISTORIA URGENTE – APRECIACÃO DO AUTO DE VISTORIA – TRABALHOS DE DEMOLIÇÃO URGENTES.**

220 - Esta Câmara Municipal em sua reunião de 21-02-2013, determinou a realização de vistoria urgente às condições de segurança do edifício sito na Rua do Açude, Albergaria, desta cidade, propriedade de Luis Duarte Santos, residente na Rua da Sede do Rancho, n.º 74, Conqueiros, 2425-829 Souto da Carpalhosa, tendo em vista determinar os riscos e as perigosidades para a segurança de pessoas e bens e para a via pública, identificar as adequadas medidas de correção/eliminação de tais riscos e o prazo em que as mesmas devem ser implementadas, estabelecendo, se for o caso, a ordem de prioridades.

Realizada a vistoria no dia 18-03-2013, foi-nos presente o respectivo Auto de Vistoria elaborado em 30-01-2014, que aqui se dá para todos os legais efeitos como integralmente reproduzido e que fica anexo à ata (**Anexo 1**), do qual se destacam as seguintes conclusões:

“O grau de deterioração do edifício encontra-se demasiado elevado sendo a sua reduzida qualidade, quer do ponto de vista arquitectónico, quer do ponto de vista histórico, não permite que se possa considerar razoável a sua recuperação.

4. - Proposta de intervenção

Considerando as patologias detectadas e o subsequente diagnóstico, propõe-se como necessária a demolição do edifício, devendo salvaguardar-se a execução dos procedimentos legais para a sua execução, nomeadamente a apresentação e obtenção prévia da respectiva licença municipal, por parte do titular do imóvel, nos termos do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), (...) e garantindo-se, durante a execução dos trabalhos, a tomada das salvaguardas necessárias para evitar danos em terceiros.

5. – Estimativa

Tendo em conta os valores correntes de mercado, estimam-se as obras necessárias em 2.800,00€ (dois mil e oitocentos euros)...”.

“6.- Calendarização

Prevê-se que os trabalhos em causa se possam realizar no período de um (1) mês.”.

**A Câmara Municipal apreciou o auto de vistoria e em face dos potenciais riscos e perigosidades decorrentes das más condições gerais de segurança e salubridade da edificação, delibera, nos termos e ao abrigo do disposto nos nºs. 2 e 3 do artigo 89.º, do RJUE-Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, determinar ao proprietário, Luis Duarte Santos, residente na Rua da Sede do Rancho, n.º 74, Conqueiros, 2425-829 Souto da Carpalhosa, a realização das diligências necessárias à demolição integral do edifício, no prazo máximo de 1 (um) mês a contar do recebimento da notificação desta deliberação, sem prejuízo da prévia obtenção da competente licença municipal, nos termos do mesmo RJUE e do inerente e obrigatório encaminhamento dos resíduos da construção a vazadouro devidamente licenciado.**

**Mais delibera determinar que o proprietário seja informado de que o incumprimento do prazo ora determinado para a realização dos trabalhos de demolição constitui contraordenação prevista e punível pelo art.º 98.º, n.º 1, alínea s) do RJUE, com coima graduada de 500,00€ até 100.000,00€.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**21 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS CAUSADOS EM VIATURA AUTOMÓVEL –  
RUA DAS CAVADAS, SENTIDO ALBERGARIA-PICASSINOS – BURACO NA FAIXA DE**

**RODAGEM - REQUERENTE: JOAQUIM MANUEL GUERRA PARRACHO – APRECIÇÃO –  
PROPOSTA DE INDEFERIMENTO - AUDIÊNCIA PRÉVIA.**

221 - Presente requerimento apresentado em 03-01-2014, nesta Câmara Municipal, pelo lesado Joaquim Manuel Guerra Parracho, portador do Cartão de Cidadão n.º 09506838, titular do NIF 193487438, residente na Rua de Óbidos, n.º 41, Loteamento das Trutas, 2430-520 Marinha Grande, solicitando o ressarcimento do valor dos prejuízos sofridos na sua viatura automóvel, no valor de 305,85€, ocorridos no dia 26 de dezembro p.p., pelas 19H30, quando circulava na Rua das Cavadas, Moinhos de Cima, sentido Albergaria-Picassinos, a seguir ao entroncamento onde converge a Rua José Alves Junior, desta cidade, e passou por cima de um buraco existente na via pública, sem qualquer sinalização. Refere ter danificado os dois pneus do lado direito da viatura.

Presente Informação jurídica n.º 1/211/2014-FO, de 05-02-2014, na qual se apreciam os factos invocados pelo requerente e as provas produzidas, e se conclui que pela não verificação cumulativa dos pressupostos da responsabilidade civil extracontratual (das pessoas colectivas públicas no domínio dos actos de gestão pública) designadamente o pressuposto da existência de facto ilícito imputável ao município e o pressuposto da culpa, porquanto não foram violados os seus deveres de cuidado na vigilância e sinalização dos perigos decorrentes do mau estado do pavimento na via de circulação onde ocorreu o sinistro.

**A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º 1/211/2014 - FO, que fica anexa à presente ata (Anexo 2), e que aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera notificar o requerente Joaquim Manuel Guerra Parracho do presente projeto de decisão final de indeferimento do seu pedido, concedendo-lhe o prazo de 10 dias úteis a contar do recebimento da notificação, para dizer por escrito, o que se lhe oferecer sobre o mesmo, nos termos do previsto nos artigos 100.º e 101.º do CPA-Código do Procedimento Administrativo.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**22 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS EM VIATURA AUTOMÓVEL – QUEDA DE  
UMA BRAÇA DE PINHEIRO EXISTENTE EM ESPAÇO PÚBLICO – TEMPORAL OCORRIDO  
EM JANEIRO - REQUERENTES: ALEXANDRE MIGUEL MATIAS SOARES E ESPOSA –  
RESPONSABILIDADE CIVIL – NOVA APRECIÇÃO – PROPOSTA DE INDEFERIMENTO –  
AUDIÊNCIA PRÉVIA.**

222 - Presente requerimento apresentado em 25-01-2013, por Alexandre Miguel Matias Soares e sua esposa, Sónia Marisa da Costa Soares (registos de entrada n.º E/710/2013 e E/4744/2013), titulares dos NIF 228025673 e 222880172, respectivamente, residentes na Urbanização Quinta das Nespereiras, Lote F1, 2.º Frente, Marinha Grande, no qual solicitam

indemnização pelos danos causados na sua viatura automóvel, no dia 19 de janeiro último, por uma braça de um pinheiro existente no espaço público junto à gare de estacionamento da urbanização, onde o seu carro se encontrava estacionado.

Inconformados com a decisão já proferida pela seguradora do Município, os requerentes imputam a responsabilidade pelos danos causados na sua viatura ao Município da Marinha Grande, alegadamente por o pinheiro apresentar na zona partida sinais de deterioração e por falta de manutenção das árvores de domínio público.

Presente informação da DOT-Divisão de Ordenamento do Território, Serviço Municipal de Proteção Civil, afirmando que o pinheiro em causa não apresenta sinais evidentes de patologias comuns neste tipo de árvores, como agulhas secas ou fungos, aparentando um estado saudável.

Presente Informação jurídica n.º 1/2459/2013-FO, de 13-12-2013, na qual se apreciam os factos invocados pelos requerentes e as provas produzidas, e se conclui que pela não verificação cumulativa dos pressupostos da responsabilidade civil extracontratual (das pessoas colectivas públicas no domínio dos actos de gestão pública) designadamente o pressuposto da existência de facto ilícito imputável ao município e o pressuposto da culpa, porquanto não foram violados os seus deveres de cuidado na vigilância e manutenção da árvore em causa que era saudável e apenas quebrou pela ação das ciclónicas rajadas de vento que assolaram o concelho no dia em causa, destruindo milhares de árvores.

**A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º 1/2459/2013 - FO, que fica anexa à presente ata (Anexo 3), e que aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera notificar os requerentes Alexandre Miguel Matias Soares e esposa, Sónia Marisa da Costa Soares, do presente projeto de decisão final de indeferimento do seu pedido, concedendo-lhe o prazo de 10 dias úteis a contar do recebimento da notificação, para dizerem por escrito, o que se lhes oferecer sobre o mesmo, nos termos do previsto nos artigos 100.º e 101.º do CPA-Código do Procedimento Administrativo.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **23 - REQUALIFICAÇÃO DA RUA DAS LARANJEIRAS – CEDÊNCIA 112,35M DE TERRENO DA SRª. ALICE MARQUES DOMINGUES ROSENDO**

223 - Para a requalificação da Rua das Laranjeiras, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborada ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de terreno necessário do prédio urbano propriedade de Alice Marques Domingues Rosendo, Contribuinte n.º 115223096, que confronta a Norte com Herdeiros de Manuel Marques Domingues, a Sul com Herdeiros de Manuel Marques Domingues, a Nascente com Rua das Laranjeiras e a Poente com Avenida José Gregório, com artigo matricial n.º 7702. A proprietária do imóvel, concordou com a



cedência do terreno (112,35m ) solicitando que a área cedida para domínio público tenha como contrapartida a execução de muro com 1,50m de altura total (0,80m de alvenaria/betão e 0,70m de gradeamento) e execução de portão que lhe permita o acesso à propriedade.

**A Câmara depois de analisar o assunto delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 112,35m , do prédio de que é proprietária Alice Marques Domingues Rosendo, Contribuinte n.º 115223096, com artigo matricial n.º. 7702, que confronta a Norte com Herdeiros de Manuel Marques Domingues, a Sul com Herdeiros de Manuel Marques Domingues, a Nascente com Rua das Laranjeiras e a Poente com Alice Marques Domingues Rosendo, para requalificação da Rua das Laranjeiras, que passa a integrar o domínio público, obrigando-se construir um muro com 1,50m de altura total (0,80m de alvenaria/betão e 0,70m de gradeamento) e a executar um portão que lhe permita o acesso à propriedade, conforme consta da ficha anexa (Anexo 4), elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pela proprietária e pelo Vereador Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida, devendo a proprietária, na sequência desta cedência, promover a atualização da respetiva área junto dos serviços públicos competentes.**

**Mais delibera emitir a correspondente certidão.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

#### **24 - REQUALIFICAÇÃO DA RUA DAS LARANJEIRAS – CEDÊNCIA 88,95M DE TERRENO DA SR.ª. MARIA CRISTINA GUERRA LUIS DA CRUZ**

224 - Para a requalificação da Rua das Laranjeiras, foram realizados os contactos necessários à efectivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborada ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de terreno necessário do prédio urbano propriedade de Maria Cristina Guerra Luis da Cruz, Contribuinte n.º. 141263369, que confronta a Norte com Albano Sousa, a Sul com José Raimundo, a Nascente com Rua das Laranjeiras e a Poente com Manuel Marques, com artigo matricial n.º. 18929. A proprietária do imóvel, concordou com a cedência do terreno (88,95m ) solicitando que a área cedida para domínio público tenha como contrapartida a construção de muro com 1,50m de altura total (0,80m de muro e 0,70m de gradeamento), o acesso à propriedade com portão de 3,00m de comprimento e que se garanta a drenagem pluvial do terreno.

**A Câmara depois de analisar o assunto delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 88,95m , do prédio de que é proprietária Maria Cristina Guerra Luís da Cruz, contribuinte n.º. 141263369, com artigo matricial n.º. 18929, que confronta a Norte com Albano Sousa, a Sul com José Raimundo, a Nascente com Rua das Laranjeiras e a Poente com Maria Cristina Guerra Luís da Cruz, para requalificação da Rua das Laranjeiras, que passa a integrar o domínio público, obrigando-se construir um muro**

com 1,50m de altura total (0,80m de muro e 0,70m de gradeamento) e portão com 3,00m de comprimento de acesso à propriedade, garantindo também a drenagem pluvial do terreno, conforme consta da ficha anexa (Anexo 5), elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pelo proprietário e pelo Vereador Sr. Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida, devendo a proprietária, na sequência desta cedência, promover a actualização da respectiva área junto dos serviços públicos competentes.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**25 - REQUALIFICAÇÃO DA RUA DAS LARANJEIRAS – CEDÊNCIA 58,00M DE TERRENO DA SRª. MARIA PIEDADE MARQUES MIRANDA**

225 - Para a requalificação da Rua das Laranjeiras, foram realizados os contactos necessários à efetivação do acordo tendo-se nesta sequência elaborado a ficha de contacto, que foi assinada pelos intervenientes, para cedência de terreno necessário do prédio urbano propriedade de Maria Piedade Marques Miranda por herança de Manuel Marques Domingues, Contribuinte nº. 105775703, que confronta a Norte com Manuel Domingues Marques, a Sul com Alice Marques Domingues, a Nascente com Rua das Laranjeiras e a Poente com Avenida José Gregório – Estrada Nacional, com artigo matricial nº. 4636. A proprietária do imóvel, concordou com a cedência do terreno (58,00m ) solicitando que a área cedida para domínio público tenha como contrapartida a execução de muro com 1,50m de altura total (0,80m de alvenaria e 0,70m de gradeamento) e execução de portão que lhe permita o acesso à propriedade.

A Câmara depois de analisar o assunto delibera ratificar a negociação da cedência de parcela de terreno de 58,00m , do prédio urbano de que é proprietária Maria Piedade Marques Miranda, com artigo matricial nº. 4636, que confronta a Norte com Manuel Domingues Marques, a Sul com Alice Marques Domingues, a Nascente com Rua das Laranjeiras e a Poente com Maria Piedade Marques Miranda, para requalificação da Rua das Laranjeiras, que passa a integrar o domínio público, obrigando-se construir um muro com 1,50m de altura total (0,80m de alvenaria e 0,70m de gradeamento) e a executar um portão que lhe permita o acesso à propriedade, conforme consta da ficha anexa (Anexo 6), elaborada pelos nossos Serviços Técnicos, assinada pela proprietária e pelo Vereador Paulo Jorge Campos Vicente, e que aqui se dá por reproduzida, devendo a proprietária, na sequência desta cedência, promover a atualização da respetiva área junto dos serviços públicos competentes.

Mais delibera emitir a correspondente certidão.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada nos dias  
06 e 07/03/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 06

**26 - AUMENTO TEMPORÁRIO DE FUNDOS DISPONÍVEIS – AUTORIZAÇÃO, A TÍTULO EXCECIONAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ART.º 4.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO E DO ART.º 6.º N.º 2 DO DECRETO-LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO**

Assunto discutido e votado no início da reunião.

**27 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO PARA FINS NÃO HABITACIONAIS – CE 03/2011 DE 06.01.2011 E ADENDA CE 13/2011 DE 28.02.2011 – ATUALIZAÇÃO DA RENDA**

226 - Considerando a entrada de correio com o registo E/76/2014 de 06.01.2014, é requerido pelo senhorio do imóvel sito na Rua 18 de Janeiro, n.º 45, Marinha Grande, objeto de contrato de arrendamento celebrado com o Município da Marinha Grande em 6 de janeiro de 2011, a atualização do valor da renda do mesmo.

Considerando que nos termos do preceituado no parágrafo 3 da cláusula 5.ª do contrato de arrendamento “(...) *A renda será actualizada após ter decorrido cada ano completo de vigência do contrato, de acordo com o coeficiente de actualização fixado anualmente por portaria para os arrendamentos do tipo. (...)*”.

Presente informação n.º 21SAB/2014 da DFTI - Área de finanças, com análise ao requerido pelo senhorio, pela qual se conclui pela validação do coeficiente de atualização indicado pelo senhorio, bem como do novo valor da renda mensal.

**Atento o exposto e a Câmara Municipal delibera aprovar a atualização do valor da renda mensal de 3.466,36 euros para 3.500,68 euros, a partir do mês de abril/2014, a qual é devida no mês de março/2014, em cumprimento do preceituado no parágrafo 3 da cláusula 5.ª do contrato de arrendamento n.º 03/2011 de 6 de janeiro de 2011.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**28 - FUNDO FINÍCIA – PARECER DA CÂMARA SOBRE O PROJETO DE INVESTIMENTO APRESENTADO PELA ENTIDADE PINUS PINASTER, LDA**

Assunto retirado da ordem do dia, atendendo a que até esta data não foram enviados novos pareceres pelo Banco Santander Totta e Garval, a retificar os emitidos anteriormente, pelo que a Câmara não dispõe de condições para se pronunciar.

**29 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDA REFERENTE À PRACETA DA LIBERDADE, A QUAL SE ENCONTRA SOB O REGIME DE RENDA APOIADA, COM ENTRADA EM VIGOR A 01 DE ABRIL DE 2014**

227 - Presente informação nº 317 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento - DCD - datada de 24/02/2014, referente à atualização anual da renda de habitação social da Praceta da Liberdade.

Considerando que o contrato de arrendamento em causa se rege pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de maio);

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de maio, as rendas atualizam-se, também anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar;

**A Câmara analisou a referida informação e nos termos do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, delibera no uso da competência prevista na alínea ee), do nº1, do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, proceder à atualização anual da renda de habitação social constante no seguinte quadro:**

**Praceta da Liberdade**

BLOCO	MORADOR	FRACÇÃO	CONTRATO	RENDA 2013	RENDA 2014
4	Laurinda Pereira Rodrigues	1ºEsq.	22/03/2012	13,72€	20,09€

**Mais delibera, que o valor da renda acima descrita entre em vigor no dia 01 de abril de 2014.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**30 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS APOIADAS PARA ENTRADA EM VIGOR EM ABRIL DO CORRENTE ANO.**

228 - Presente informação n.º 226 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (D.C.D.), datada de 7 de fevereiro do corrente ano, referente à necessidade de atualização do valor das rendas de habitação social para entrada em vigor a partir do mês de abril do corrente ano.

Considerando que, o contrato de arrendamento em causa se rege pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que, o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando que, ficou demonstrada a alteração de rendimentos da família em causa;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda atualiza-se anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar,

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso de competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 3 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio e, ainda com o n.º 2 do artigo 26.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, proceder à atualização das rendas de habitação social, cujos valores a aplicar constam do seguinte quadro:**

**Rua Professor Melo Vieira:**

MORADOR	BLOCO	FRAÇÃO	DATA CONTRATO	RENTA/13 (ABR.)	RENTA/14 (ABR.)
Margarida Alexandra C. Silva	9	R/c Dto	28/03/2006	6,75€	9,75€

**Rua da Charnequinha:**

MORADOR	BLOCO	FRAÇÃO	DATA CONTRATO	RENTA/13 (ABR.)	RENTA/14 (ABR.)
Carla Paulo de Jesus	44	1.º Dto	31/01/2007	5,13€	28,90€

**Mais delibera que as rendas, calculadas nos termos do Decreto-Lei, n.º 166/93, de 7 de maio, entrem em vigor a partir de 1 de abril de 2014.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada nos dias  
06 e 07/03/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 06

**31 - REAPRECIAÇÃO DO VALOR DA RENDA APLICADO AO INQUILINO CAMARÁRIO  
CARLOS MANUEL DE JESUS, RESIDENTE NA RUA JÚLIO BRAGA BARROS, BLOCO 1, R/C  
B, POR MOTIVO DE REAJUSTAMENTO DO RENDIMENTO MENSAL**

229 - Presente informação n.º 203 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – DCD - datada de 04 de fevereiro de 2014, referente ao pedido de reapreciação do valor da renda, por parte do inquilino mencionado em epígrafe, por motivo de alteração na constituição do agregado familiar e respetivo rendimento auferido pelo mesmo.

Considerando que houve alteração na constituição do agregado familiar e consequente diminuição dos rendimentos do mesmo, existe a necessidade de reapreciar o valor da renda de habitação social.

**A Câmara analisou a referida informação e ao abrigo do Decreto-lei n.º 166/93, de 7 de Maio, delibera no uso de competência prevista na alínea ee), do nº1, do artigo 33º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, concordar com a alteração do valor da renda atual de 115,77€ (cento e quinze euros e setenta e sete cêntimos) para 52,29€ (cinquenta e dois euros e vinte e nove cêntimos).**

**Mais delibera, que o valor da renda entre em vigor, a partir do mês de Março de 2014.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**32 - TRANSFERÊNCIA HABITACIONAL DA INQUILINA SANDRA CATARINA REBELO DOS SANTOS GALO, RESIDENTE NO BAIRRO DO CAMARNAL N.º 31 PARA A HABITAÇÃO N.º 43, SITA NA RUA BAIRRO DO CAMARNAL, POR FALTA DE CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE**

230 - Presente informação n.º 315/2014 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – D.C.D.- datada de 24 de fevereiro, a dar conta da necessidade de transferência habitacional da arrendatária Sandra Catarina Rebelo dos Santos Galo, da habitação social n.º 31 sita no Bairro (velho) do Camarnal, para o n.º 43 da Rua Bairro do Camarnal, por falta de condições de habitabilidade.

Considerando que, a habitação n.º 43 foi reservada, de acordo com orientações superiores com o objetivo de assegurar as devidas condições de segurança e de bem-estar à arrendatária em causa;

Considerando o interesse manifestado por Sandra Galo em ser realojada no referido bairro social;

Considerando que, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 24.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande: “ *a transferência de fogos de habitação social, far-se-á de entre outros, por motivos de idade, doença, aumento e/ou redução do agregado familiar*”;

Considerando que, as condições de segurança e, por consequência de habitabilidade do fogo onde a arrendatária atualmente reside, não estão asseguradas, tal como é referido no auto de vistoria enviado pela DISU e que junto se anexa;

Considerando, por último, que o inquilino em causa, tem primado desde sempre pelo pagamento atempado das rendas, não existindo qualquer valor em dívida.

**A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso da competência prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 1 e 2 do artigo 24.º do Regulamento Municipal de Atribuição e de Utilização das Habitações Sociais do Município da Marinha Grande, autorizar a transferência da inquilina Sandra Catarina Rebelo dos Santos Galo contribuinte fiscal n.º 220182795 do n.º 31 do Bairro (velho) do Camarnal para o n.º 43 da Rua Bairro do Camarnal.**

**Mais delibera que a renda a aplicar, no valor de 20,73€ (vinte euros e setenta e três cêntimos) e, calculada nos termos do Decreto-Lei, n.º 166/93, de 7 de maio, entre em vigor a partir do mês de abril do corrente ano.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **33 - PROPOSTA DE FORMALIZAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE E O TURISMO CENTRO DE PORTUGAL**

231 - Presente informação com a referência I/305/2014, da DCD – Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, propondo a celebração de um protocolo de colaboração para a dinamização do Turismo Industrial, entre o Município da Marinha Grande e o Turismo Centro de Portugal.

A celebração deste protocolo visa, sobretudo, permitir o desenvolvimento comum de projetos ligados ao Turismo Industrial, tendo por referência os recursos disponíveis e as áreas de intervenção legalmente estabelecidas, de cada um dos parceiros.

Considerando que a relação de cooperação entre o Município da Marinha Grande e o Turismo Centro de Portugal é uma mais valia, porque se trata de uma instituição que, do ponto de vista nacional, regional e local assume um carácter estratégico, potenciador de desenvolvimento, podendo proporcionar a melhoria da qualidade e a diversificação da oferta turística no concelho.

**A Câmara Municipal da Marinha Grande, em face da informação referida, delibera, nos termos do disposto no art.º 33.º, n.º 1, alínea r), da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, celebrar um protocolo de colaboração para a Dinamização do Turismo Industrial, cuja minuta se anexa (Anexo 7), com o Turismo Centro de Portugal, sediado na Rua João Mendonça, 8, 3800-200 Aveiro “... com o objetivo de estreitarem as suas relações de cooperação e de contribuírem para a dinamização do turismo industrial ...”.**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** disse que o projeto da dinamização do turismo industrial é mais um caso de medidas avulsas e em que podia dar o seu contributo, dada a sua experiência como empresário na área industrial, mas também como formador profissional. Afirmou que o turismo industrial tem de ser enquadrado num projeto integrado, onde a visita às empresas tem de ser complementado com um guião que enquadre o ADN da indústria marinhense, com um vídeo e flyers onde se explique a nossa história, os processos de produção, os produtos no mercado, as experiências com materiais, só depois se faria a visita a empresas, quando for o caso.

Disse ainda que devia ter como âncora o Museu do Vidro e a Exposição visitável da indústria de moldes e por fim, o Turismo Industrial deveria ser entendido como um elemento da oferta global das atrações da região. Realçou que a promoção global do turismo na nossa terra deve dispor de uma oferta, feita de acordo com os segmentos de mercado. Por exemplo, o que se oferece aos alunos das escolas é diferente do que se oferece aos visitantes seniores. E que terá de haver uma triagem nas visitas, sobretudo para que as empresas não se sintam constrangidas por eventual espionagem industrial, e não sintam que as visitas são um empecilho à sua normal atividade. Registou que não temos de inventar sobre este projeto, pois a Agenda 21 no seu Plano de Ação 08, foca-se sobre a promoção dum turismo integrado, devendo na sua perspectivas estar alinhado com o turismo “mar e sol”. Disse que este plano de Ação tem algumas indicações que nos poderá levar mais longe, como por exemplo, a segmentação do turista que nos visita e que podíamos tê-lo como base de partida, melhora-lo e adapta-lo à realidade atual.

Por último afirmou que o protocolo entre o Município da Marinha Grande e o Turismo Centro de Portugal, devia ser ampliado, e não podia deixar de fora a indústria de plásticos (até porque há empresas de plásticos já envolvidas), servindo como um trampolim para o turismo da nossa região mas obviamente deve ser aprovado.

O **Sr. Presidente** referiu que este projeto foi desenvolvido pela anterior Vereadora e que é para ser melhorado, tendo a atual Vereadora todo o interesse e com certeza que irá aceitar todos os contributos.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** referiu que o turismo vive essencialmente da promoção, que é caríssima, e os empresários fazem aquela que podem. As iniciativas passam por ir ouvir os empresários do setor e ver aquilo que com os poucos recursos se poderá fazer.



O **Sr. Vereador Luiz Branco** sugeriu fazer percursos organizados a partir daqui, designadamente no caso dos empresários que venham acompanhados das esposas, em que os operadores poderiam arranjar formas de as ocupar.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** aproveitou a ocasião para convidar os presentes para a primeira apresentação pública da marca para a Marinha Grande, que se realizará dia 14 de março, pelas 16:30 horas, no edifício da Resinagem.

### **34 - "REQUALIFICAÇÃO DA RUA DA PANIFICADORA (FASE 1 E FASE 3)". ALTERAÇÃO DO PREÇO BASE. RATIFICAÇÃO DE DESPACHO.**

232 - Presente despacho n.º 51/2014, de 28 de fevereiro, com o seguinte teor integral:

*Através de deliberação camarária, de 6 de fevereiro de 2014, foi autorizada a realização do procedimento de concurso público, com vista à celebração de contrato de empreitada de obras públicas que tem por objeto a "Requalificação da Rua da Panificadora (Fase 1 e Fase 3).*

*A referida deliberação teve como suporte um conjunto de trabalhos a executar, cujo valor total estimado ascendia a 563.948,21 euros, montante que foi estabelecido como preço base.*

*Em data posterior e sem que nada o fizesse prever, deixaram de estar reunidas as condições para realizar uma parte da obra, por ausência de acordo quanto à cedência de uma parcela de terreno significativa (inicialmente foi comunicada a autorização de cedência e, depois, o proprietário veio a recuar nessa cedência).*

*Considerando que a realização desta obra é fundamental para a criação de melhores condições de acessibilidade e segurança dos peões e dos utentes da via e que a viabilidade da obtenção de financiamentos comunitários impõe o lançamento imediato do concurso.*

*Considerando que as alterações introduzidas se traduzem numa redução do preço base por efeito da redução de quantidades em espécies de trabalhos que já não serão executadas, sem que tal facto afete os fins visados e a qualidade da solução de projeto definida.*

*Presente informação técnica na qual se atesta que o novo preço base passa a ser de 449.621,31 euros em lugar de 563.948,21 euros, em conformidade com o novo orçamento estimado da obra.*

*Considerando que é urgente e imprescindível avançar de imediato com a publicação do anúncio do concurso público no Diário da República, sob pena de se tornar inviável a realização da obra por ausência de meios financeiros provenientes de participações comunitárias.*

*Assim, nos termos dos artigos 33.º, n.º 1, alínea f) e 35.º, n.º 3, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, do artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e dos artigos 36.º, n.º 1 e 40.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos, aprovo o novo mapa de quantidades da empreitada relativa à "Requalificação da Rua da Panificadora (Fase 1 e Fase 3) e consequentemente*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada nos dias 06 e 07/03/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 06

*aprovo a redução do preço base que passa a ser de 449.621,31 euros (quatrocentos e quarenta e nove mil, seiscentos e vinte e um euros e trinta e um centimos).  
O presente despacho deve ser objeto de ratificação pela Câmara Municipal, na sua próxima reunião.*

**A Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 35.º, n.º 3, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, ratificar o despacho n.º 51/2014, de 28 de fevereiro.**

**A presente deliberação foi tomada por unanimidade.**

### **35 - RESUMO DE TESOURARIA**

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia cinco de março de dois mil e catorze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **4.415.965,09 €** (quatro milhões, quatrocentos e quinze mil novecentos e sessenta e cinco euros e nove centimos).

**A Câmara tomou conhecimento.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**233 - De acordo com o previsto no art.º 19º do Código do Procedimento Administrativo, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:**

- 36. CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO PARQUE DE CAMPISMO DE VIEIRA DE LEIRIA. CONCURSO PÚBLICO. ABERTURA.**
- 37. EMPREITADA DE: CONSTRUÇÃO DE RESERVATORIO APOIADO DA ZONA DE ABASTECIMENTO DA ESTAÇÃO – CP N.º 12/2013 – APROVAÇÃO DA MINUTA DE CONTRATO**
- 38. CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO CAFÉ BAMBI EM SÃO PEDRO DE MOEL. RETIFICAÇÃO.**
- 39. “REABILITAÇÃO URBANA DAS INSTALAÇÕES DA ANTIGA FÁBRICA J. FERREIRA CUSTÓDIO”. APRECIACÃO DE LISTAS DE ERROS E OMISSÕES.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**36 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO PARQUE DE CAMPISMO DE VIEIRA DE LEIRIA.  
CONCURSO PÚBLICO. ABERTURA.**

234 - Considerando que a Assembleia Municipal autorizou a concessão de exploração do Parque de Campismo de Vieira de Leiria, na sua reunião de 28 de fevereiro.

Presente Caderno de Encargos e Programa do Procedimento.

A Câmara Municipal, de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e com os artigos 36.º, 38.º, 40.º, n.º 2 e 67.º, n.º 1, todos do Código dos Contratos Públicos, delibera:

- a) Tomar a decisão de contratar a concessão de exploração do Parque de Campismo de Vieira de Leiria;
- b) Adotar o procedimento de concurso público;
- c) Aprovar o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos;
- d) Designar o júri que conduzirá o procedimento, com a seguinte composição: Susana Silva, presidente, Miguel Crespo e Sandra Paiva, vogais.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

**37 - EMPREITADA DE: CONSTRUÇÃO DE RESERVATORIO APOIADO DA ZONA DE  
ABASTECIMENTO DA ESTAÇÃO – CP N.º 12/2013 – APROVAÇÃO DA MINUTA DE  
CONTRATO**

235 - Através de deliberação camarária, de 06 de fevereiro de 2014, foi adjudicado o contrato, que tem por objeto a empreitada de “Construção de reservatório apoiado da zona de abastecimento da Estação”.

O concorrente adjudicatário foi notificado para apresentar os documentos de habilitação e prestar caução, nos termos legais e regulamentares aplicáveis.

Foram apresentados os documentos de habilitação e prestada a caução.

Nestes termos, estão reunidas as condições para que a Câmara Municipal proceda à aprovação da minuta de contrato, de acordo com o artigo 98.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos.

**Assim, a Câmara Municipal delibera aprovar a minuta do contrato a celebrar no âmbito do procedimento identificado em epígrafe, nos termos do artigo 98.º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos**

**Esta deliberação foi tomada por unanimidade.**

**38 - CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO CAFÉ BAMBI EM SÃO PEDRO DE MOEL.  
RETIFICAÇÃO.**

236 - Por deliberação camarária, de 23 de janeiro passado, foi autorizado o pagamento fracionado da renda relativa ao contrato de concessão de exploração do Café Bambi, em S. Pedro de Moel.

Constatou-se, posteriormente, que existia uma incorreção na distribuição dos valores em face da partição de meses do contrato, o que importa retificar.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea ee), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e com o artigo 148.º, do Código do Procedimento Administrativo, delibera retificar a deliberação camarária, de 23 de janeiro passado, nos seguintes termos:

- a) Onde se lê: “no valor total de 6.918,12 euros (4.323,82 euros, relativos aos meses de agosto a dezembro de 2013 e 2.594,30 euros, relativos aos meses de janeiro a março de 2014)”; deve ler-se “no valor total de 6.340,06 euros (3.781,29 euros, relativos ao período de 20 de agosto a 31 de dezembro de 2013 e 2.558,77 euros, relativos aos meses de janeiro a março de 2014)”;
- b) Onde se lê: “o pagamento relativo aos meses de abril a julho, no valor de 3.459,10 euros”; deve ler-se: “o pagamento relativo aos meses de abril a 19 de agosto, no valor de 4.037,17 euros”.

**A presente deliberação foi tomada por unanimidade.**

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** afirmou que o Bambi está fechado desde dezembro devido a infiltrações de água junto aos quadros elétricos e deficiência nos esgotos, que os concessionários entendem ser responsabilidade do proprietário (CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE). Questionou, se for verdade que o fecho do Bambi é da responsabilidade da Câmara, como poderemos exigir pagamento das rendas?

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** informou que a infiltração já foi reparada pelos nossos serviços e que a situação se irá resolver. Mas a responsabilidade era do concessionário, que é o que consta no contrato. As pessoas falam com meias verdades quando não conseguem resolver os problemas.

O **Sr. Vereador Luiz Branco** referiu que era bom que a Câmara também usasse as redes sociais para fazer passar a sua verdade.

O **Sr. Presidente** referiu que todos os anteriores concessionários saíram bem do Bambi, mas de há uns anos para cá paga-se uma renda e há um contrato de arrendamento, com cláusulas que têm de ser cumpridas. Por agora a Câmara irá reparar.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada nos dias  
06 e 07/03/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 06

**39 - “REABILITAÇÃO URBANA DAS INSTALAÇÕES DA ANTIGA FÁBRICA J. FERREIRA CUSTÓDIO”. APRECIÇÃO DE LISTAS DE ERROS E OMISSÕES.**

237 - Presente informação com referência CS-10-2014, de 5 de março, na qual se apreciam as listas de erros e omissões apresentadas por diversos interessados, no âmbito do procedimento identificado em epígrafe.

Considerando que foram identificadas desconformidades que devem ser retificadas, mas que não implicam a alteração de aspetos fundamentais do caderno de encargos.

**A Câmara Municipal, nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea f), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do artigo 61.º, n.º 5, do Código dos Contratos Públicos e do artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, delibera:**

- a) Aprovar as retificações e o suprimento de erros e omissões do mapa de quantidades, em conformidade com a informação técnica citada;
- b) Aprovar o mapa final de quantidades, que incorpora todas as retificações e suprimentos;
- c) Manter o preço base do procedimento;
- d) Prorrogar o prazo para a apresentação das propostas em cinco dias.

**A presente deliberação foi tomada por unanimidade.**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A reunião foi interrompida às 17:15 horas do dia 06/03/2014, tendo sido retomada no dia 07/03/2014, às 17:00 horas, para análise e votação do ponto 17 da ordem do dia.

Estiveram presentes todos os membros do executivo que haviam comparecido no dia 06/03/2014.

O **Sr. Vereador Paulo Vicente** declarou que vai sair da sala porque se sente indignado e mais uma vez referiu que alguém divulgou a proposta de deliberação na véspera ao município, e gostaria de saber quem o fez, porque esta violação está a coartar a sua decisão, de livre e espontânea vontade e sem condicionamento. Custa-lhe não participar nesta deliberação. O município disse aqui que não queria fazer chantagem, mas falar de seis milhões de euros e em postos de trabalho, se não é chantagem não sabe o que será. Entende que é um absurdo comparar os Presidentes de Junta com um município para alterar a ordem do dia.

De seguida ausentou-se da sala.

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada nos dias  
06 e 07/03/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 06

**O Sr. Presidente declarou o seguinte:**

*“Declaro por minha honra que não falei com ninguém sobre o assunto em causa.”*

**Esta declaração foi subscrita pelos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Luiz Branco.**

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** também declarou que não teve qualquer tipo de contacto com a empresa ou com qualquer pessoa ligada à empresa. Entende que o órgão tem que decidir de forma livre e consciente, sem qualquer tipo de pressão, e irá elaborar um documento que vai expressar a sua opinião sobre esta situação ocorrida na reunião.

O **Sr. Vereador Luiz Branco** declarou que enquanto dono da TeleMeGrande tem muitas empresas como clientes e nunca teve qualquer contacto e não tem qualquer relação com a pessoa em causa. Esta declaração foi confirmada pelo Sr. Vereador Vítor Pereira. Seguidamente referiu que votou a favor a antecipação do ponto porque aceita que qualquer município deve ser tratado em igualdade de circunstâncias. Pediu ao Sr. Presidente, uma vez que é ele que estabelece a ordem do dia, que sempre que haja necessidade de atender em primeiro lugar outros órgãos, que seja colocado logo no início da ordem de trabalhos.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** entende que se deve considerar a indústria hoteleira abrangida pelo Programa de Apoio ao Investimento Industrial de 2013.

O **Sr. Vereador Luiz Branco** disse que concorda com este entendimento de considerar a indústria hoteleira como indústria.

**Seguidamente o Sr. Presidente pôs à votação a seguinte proposta:**

**17 - REQ. N. 2104/13, DATADO DE 27/12/2013 – PC N.º 447/06, DATADO DE 11/07/2006 – HOTÉIS CRISTAL - EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.**

238 - Presente processo de licenciamento referente às alterações à obra de construção de empreendimento turístico, com o número 447/06, com registo de entrada datado de 11/07/2006, apresentado por Hotéis Cristal - Empreendimentos Turísticos, S.A., incidente sobre o prédio sito em Avenida Marginal, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1977 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5297, com deliberação de deferimento final tomada na reunião de Câmara de 07/02/2013.

Presente requerimento com registo de entrada nº. 2014/13, datado de 27/12/2013 a solicitar a concessão do benefício previsto no Programa de Apoio ao Investimento Industrial.

Presente informação jurídica, datada de 2014/01/29, que refere que o pedido não se encontra apto a ser aprovado.

Após análise do pedido de concessão do benefício previsto no Programa de Apoio ao Investimento Industrial, incidente sobre o pedido de licenciamento referente às alterações à obra de construção de empreendimento turístico, com o número 447/06, com registo de entrada datado de 11/07/2006, apresentado por Hotéis Cristal - Empreendimentos Turísticos, S.A., incidente sobre o prédio sito em Avenida Marginal, lugar de Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 1977 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5297, bem como do parecer jurídico de 2014/01/29, a Câmara Municipal delibera NOTIFICAR o requerente, nos termos do artigo 100.º e 101.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA, para se pronunciar em sede de AUDIÊNCIA PRÉVIA, por escrito, no prazo de 15 dias, sobre o presente projeto de indeferimento da pretensão, tendo em conta o teor do parecer incidente sobre o pedido, que a seguir se transcreve:

*“O Programa de Apoio ao Investimento Industrial, aprovado por deliberação camarária de 21 de fevereiro de 2013, destina-se a criar condições que favoreçam o investimento industrial.*

*A sociedade Hotéis Cristal – Empreendimentos Turísticos S.A., tem como objeto social a exploração de empreendimentos turísticos e hoteleiros.*

*Consideram-se empreendimentos turísticos, de acordo com o artigo 2.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de março, os estabelecimentos que se destinam a prestar serviços de alojamento, mediante remuneração, dispondo para o seu funcionamento de um adequado conjunto de estruturas, equipamentos e serviços complementares.*

*No quadro da classificação portuguesa das atividades económicas, as atividades qualificadas como indústria encontram-se elencadas nas secções B e C, já as relativas à área de alojamento, restauração e similares estão inseridas na secção i, na qual não se identifica qualquer atividade com natureza industrial (Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro).*

*Não parece possível, em função do exposto, qualificar a atividade desenvolvida pela sociedade requerente como atividade industrial, o que impede a sua inclusão no âmbito da aplicação subjetivo do Programa de Apoio ao Investimento Industrial.”*

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 2 votos a favor, 2 votos contra dos Srs. Vereadores Aurélio Ferreira e Luiz Branco e 1 abstenção do Sr. Vereador António Santos, tendo o Sr. Presidente feito uso do voto de qualidade, nos termos do art.º 54.º, n.º 2, do RJAL, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira votou contra e proferiu a seguinte declaração de voto:

*“É inadmissível, injusto e cria desigualdades o facto da Câmara estar a propor indeferir os apoios a esta empresa, quando concede a outras. Já sabemos há muito que existe uma grande contradição entre o que dizem e o que fazem. Dizem que apostam no turismo e depois não dão incentivos ao maior investimento dos últimos tempos e ao maior investidor turístico do concelho na indústria hoteleira.*

*Relembro que o objectivo expresso no programa de apoio é de criar incentivos à criação de postos de trabalho e incentivar os empreendedores a investirem no concelho da Marinha Grande, por isso temos aqui um exemplo duma empresa que cumpre estes objectivos e não estamos a conceber-lhe o apoio.*

*Afirmar que seria fundamental a Câmara Municipal apoiar a actividade económica, de modo a tornar-se o motor do crescimento da nossa terra, e que não concordava que deixássemos empresas de fora. Falamos de empresas do concelho e por isso lamento profundamente que estejamos a discriminar empresas e cidadãos marinhenses.*

*Propus que se fizesse a interpretação do programa de apoio ao investimento, como se faz no RMEU – Alínea g) do ponto 3 do Art 119, do RMEU que inclui isenções e reduções de taxas, Unidades hoteleiras ou outras de interesse turístico assim reconhecidas. Ou seja, que o Hotel Cristal seja uma indústria hoteleira, logo se é indústria pode ficar ao abrigo do programa de apoio.*

*Devia fazer-se de imediato a revisão do programa de apoio de 2014*

***Por estes motivos o sentido do meu voto neste processo é contra.***

*Marinha Grande, 6 de Março 2014*

*O Vereador  
Aurélio Ferreira”*

**O Sr. Vereador Luiz Branco votou contra e proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Votei contra por o parecer jurídico não reconhecer a hotelaria como indústria, quando tal situação é reconhecida pelas diversas entidades a nível nacional.”*

**O Sr. Vereador Vítor Pereira votou a favor e proferiu a seguinte declaração de voto:**

*“Votei favoravelmente a proposta apresentada tendo em consideração o parecer jurídico que a suporta. Independentemente da justeza de qualquer proposta não poderá nunca ser violada a legalidade. A aprovação desta proposta e a sua viabilização, quer por voto contra quer pela abstenção, conduz inevitavelmente à responsabilidade dos Senhores Vereadores. Temos de ter consciência que a nossa responsabilidade se insere no escrupuloso*



Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada nos dias  
06 e 07/03/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 06

*cumprimento da lei e não naquilo que abstratamente consideramos e nas interpretações que eventualmente possamos fazer e que não se encontram devidamente fundamentadas. Neste caso concreto, apesar de a proposta ter sido aprovada, caso o não fosse, na minha opinião estaríamos perante um caso de flagrante violação da lei."*

**O Sr. Vereador António Santos absteve-se e proferiu a seguinte declaração de voto:**

*"Abstenho-me porque há situações escritas na proposta que, no meu entendimento, não estão ainda bem definidas. Existe um parecer do jurista camarário, Dr. Miguel Crespo, que entende que a hotelaria não se enquadra na indústria hoteleira. Não deixando esta situação de ser um parecer entendemos nós que a referida hotelaria tem pleno enquadramento na indústria hoteleira, que também não deixa de ser o nosso parecer. Contudo, e perante esta situação descrita supra referenciada, o munícipe em causa ainda dispõe, como é do direito, de um lapso de tempo (15 dias) para fazer prevalecer os seus direitos, situação que, com a abstenção, não pretendemos vedar esse acesso ao munícipe."*

**O Sr. Presidente votou a favor e proferiu a seguinte declaração de voto:**

*"Como ficou provado, pensamos nós, este processo não tem nada a ver com o investimento que poderá vir a ser feito na unidade hoteleira conhecida por Hotéis Cristal, pelo que, digo eu, não haver contradição nenhuma entre aquilo que nos propomos fazer e o que fazemos. O Programa de Apoio ao Investimento Industrial destina-se exclusivamente a investimentos de natureza industrial. Os tipos de atividade que são considerados como indústria constam da classificação das atividades económicas e a sua aplicação decorre do regime legal do licenciamento industrial (Decreto-Lei 169/2012). Não nos restam quaisquer dúvidas de que, sem prejuízo dos méritos e da relevância do investimento na área do turismo, não podemos incluir no Programa de Apoio de 2013 investimentos que não sejam industriais. O pedido que somos chamados a apreciar foi apresentado ao abrigo do Programa de Apoio ao Investimento Industrial de 2013 e é nesse quadro, única e exclusivamente, que a Câmara Municipal deve apreciá-lo. Não podemos deixar, em consciência, de votar favoravelmente a deliberação."*

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA**

**239 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.**

Reunião ordinária da Câmara  
Municipal da Marinha Grande  
realizada nos dias  
06 e 07/03/2014.

Mandato de 2013/2017  
Ata nº 06

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 18:50 horas do dia 07/03/2014.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião